



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

*Versão para registro histórico*

*Não passível de alteração*

<b>COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL</b>			
EVENTO: Seminário		REUNIÃO Nº: 1471/13	DATA: 19/09/2013
LOCAL: Auditório Nereu Ramos	INÍCIO: 14h31min	TÉRMINO: 19h00min	PÁGINAS: 86

**DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO**

MARCUS VINICIUS REIS - Integrante da Polícia Legislativa do Senado Federal.  
ANTONIO JORGE RAMALHO DA ROCHA - Professor de Relações Internacionais da Universidade de Brasília - UnB.  
JAVIER JORDAN - Professor do Departamento de Ciências Políticas e Administração da Universidade de Granada - Espanha.  
HUSSEIN ALI KALOUT - Research Scholar Weatherhead Center for International Affairs - Estados Unidos.  
ALESSANDRO JACONDINO DE CAMPOS - Integrante da Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos, órgão ligado ao Ministério da Justiça.  
MARCELO SUANO - Diretor do Centro de Estratégia, Inteligência e Relações Internacionais (CEIRI) de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.  
LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY - Diretor de Contraterrorismo da Agência Brasileira de Inteligência – ABIN.  
JULIO CESAR DE ARRUDA - General de Brigada, Comandante da Brigada de Operações Especiais do Exército.  
SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES - Ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência e ex-Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores.  
DANIEL DAHER - Chefe em exercício da Divisão Antiterrorismo da Polícia Federal.

**SUMÁRIO**

Seminário Internacional *Terrorismo e Grandes Eventos*.

**OBSERVAÇÕES**

Houve exibição de imagens.  
Houve exposição em espanhol com tradução simultânea.  
Grafia não confirmada: Louise.  
Há orador não identificado.  
Seminário Internacional promovido em conjunto pelas Comissões de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e pela Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência do Congresso Nacional.



**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Boa tarde a todos e a todas.

Senhoras e senhores representantes do corpo diplomático aqui presentes, autoridades dos três Poderes, colegas Parlamentares, senhoras e senhores, em nome das Comissões de Relações Exteriores da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e também da Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência, do Congresso Nacional, saúdo a todos que aqui vieram nesta tarde prestigiar a segunda fase deste nosso seminário.

No segundo painel, que tem como tema *Terrorismo e crime organizado*, debateremos as relações entre as organizações terroristas e aquelas dedicadas ao crime organizado, com impacto na violência urbana, no narcotráfico, no tráfico de armas e na diversificação dos esquemas de lavagem de dinheiro.

Para compor o nosso primeiro painel da tarde, convido para compor a Mesa os seguintes palestrantes: Sr. Marcus Vinicius Reis, especialista em terrorismo, contraterrorismo, inteligência e segurança, integrante da Polícia Legislativa do Senado Federal; Sr. Antonio Jorge Ramalho, especialista em Relações Internacionais, professor da Universidade de Brasília e Diretor do Instituto Pandiá Calógeras do Ministério da Defesa; o Sr. Javier Jordan, especialista em segurança, inteligência e terrorismo e professor da Universidade de Granada, Espanha; e, por último, o Sr. Hussein Ali Kalout, especialista em Relações Internacionais, na área de defesa e segurança, e pesquisador do Centro de Assuntos Internacionais da Universidade de Harvard, Estados Unidos.

Eu saúdo todos os nossos palestrantes e esclareço que cada um terá direito a 20 minutos para proferir a sua explanação. Ao final das interpelações, franquearemos ao público a apresentação de perguntas por escrito, que, em razão do prazo exíguo, porque vamos realizar outro painel a seguir, serão selecionadas e respondidas de acordo com o tempo disponível.

Quero destacar que este seminário está sendo transmitido em tempo real pela Internet, por meio da ferramenta de interação social denominada e-Democracia. Os internautas poderão acessar ambiente virtual especialmente criado para este seminário e encaminhar suas perguntas para os palestrantes, as quais, dentro do



possível, serão também respondidas. Para tanto, basta acessar o seguinte endereço eletrônico: <http://edemocracia.camara.gov.br>.

Eu passo a palavra ao Sr. Marcus Vinicius Reis, que disporá do prazo de 20 minutos para fazer a sua explanação.

**O SR. MARCUS VINICIUS REIS** - Boa tarde a todos.

Eu queria agradecer ao Deputado Nelson Pellegrino pelo convite e ao Deputado Walter Feldman e à Câmara dos Deputados por esta oportunidade.

É de grande interesse para o País neste momento que comecemos a enfrentar este problema: a questão do terrorismo e também do crime organizado. A relação entre terrorismo e crime organizado já existe há mais de 40 anos, e está sendo bastante estudada nos últimos 10 anos. Vamos ver que é uma ameaça real à segurança do nosso País, principalmente no caso desses eventos.

Eu vou falar agora rapidamente sobre terrorismo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Nós já assistimos a uma apresentação hoje de manhã sobre a falta de definição no Brasil acerca do terrorismo. No Brasil não existe legislação que trate do terrorismo. Eu apresento essa imagem do atentado de 11 de março de 2004, em Madri, para considerar o impacto. O terrorismo tem como uma das suas características causar impacto na sociedade.

Eu vou repetir uma definição que a doutrina já conhece há bastante tempo, a definição do Prof. Bruce Hoffman: *“O terrorismo é o uso ou a ameaça do uso da violência por grupos organizados e de forma planejada contra a sociedade civil ou governos constituídos, com fins políticos”*. Essa vai ser a grande diferença entre terrorismo e crime organizado. No crime organizado, o fim é econômico; no terrorismo, o fim é político. Mas nós vamos ver que os objetivos e os interesses se cruzam.

Como eu falei, no Brasil não temos legislação ainda sobre terrorismo. Não existe um tipo no Código Penal para tratar do terrorismo. Um atentado terrorista no Brasil seria tratado como um crime de homicídio, um crime de dano, um crime de lesão corporal. Em nosso Código Penal, não existe a figura típica do terrorismo.

A Constituição estabelece, no art. 4º, os princípios que regem as relações internacionais do Brasil. O Brasil repudia o terrorismo e o racismo. O art. 5º diz que é



crime inafiançável, insuscetível de graça e anistia. Há a Lei dos Crimes Hediondos. A Lei de Segurança Nacional, no art. 20, trata do terrorismo, mas não o define.

A Lei nº 12.850, de 2 de agosto de 2013, determina que organização terrorista internacional vai ser tratada da mesma forma que organização criminosa. O grande problema é que a definição de organização terrorista internacional foi deixada para tratados internacionais, ou seja, para a legislação internacional, e sabemos que a comunidade internacional tão cedo não vai definir terrorismo.

Já a Resolução nº 1.267, de 1993, da ONU, cujo texto o Brasil admite, diz que são terroristas as organizações “al-qaedistas”, do Talibã e as pessoas ligadas a essas organizações.

Falarei agora rapidamente acerca do crime organizado. Depois vou fazer o *link* entre crime organizado e terrorismo. Tão grave como o terrorismo é o crime organizado, às vezes até mais. O Prof. Moisés Naím diz que, com a globalização, existem cinco guerras, as guerras contra o tráfico de drogas, o tráfico de armas, o uso indevido da propriedade intelectual (pirataria), o tráfico de pessoas e a lavagem de dinheiro.

O crime organizado visa ao lucro, o terrorismo tem fins políticos, mas vamos ver que eles têm interesses conjuntos e já se comunicam. Para os senhores terem uma ideia, relatório da Organização das Nações Unidas de 1999 calculou que o comércio ilegal de drogas chegava à cifra de 400 bilhões, 8% do PIB mundial àquela época. Segundo a ONU, de acordo com dados de 2010, só a cocaína movimenta 88 bilhões de dólares.

Trata-se de mercado fabuloso, e é complicado para os Estados o combaterem. Imaginem que eu compro — eu não, viu? — 1 quilo de cocaína na fronteira brasileira por mil dólares. Esse quilo de pasta-base vai virar 5, 6 quilos de cocaína, e eu vou colocar isso no mercado americano e no europeu a 50 mil dólares o quilo. São 250 mil dólares para cada mil dólares que eu investi. Isso é uma loucura, é muito dinheiro, é um mercado muito rentável. E a política de comando e controle, somente de proibição, ajuda esse mercado a ficar mais atrativo.

Aí nós temos tráfico de armas: 20% de todas as armas comercializadas no mundo são ilegais.



Pirataria. Nos últimos 8 anos, o Brasil perdeu 8,5 bilhões de reais com a pirataria.

Lavagem de dinheiro. O Conselho de Controle de Atividades Financeiras — COAF, do Ministério da Fazenda, diz que mais ou menos 500 bilhões de dólares no mundo são oriundos da lavagem de dinheiro sujo e que 2% do PIB mundial — o Prof. Naím chega a falar em 5% — são dinheiro sujo.

Tráfico de pessoas. Sete bilhões de dólares anualmente. Fiquei assustado com este dado da ONU de 2000: 2 milhões de meninas entre 5 e 15 anos são introduzidas a cada ano no comércio sexual no mundo.

No Brasil nós já temos uma legislação para combater o crime organizado. Eu disse para vocês que a Lei nº 12.850, de agosto de 2013, trouxe uma definição mais adequada do que é crime organizado. Com as legislações pretéritas, era complicado para as polícias atuarem e para o Poder Judiciário julgar.

Essa lei nova trouxe uma definição muito boa e trouxe instrumentos muito bons para as polícias combaterem o crime organizado. Pena que ficou faltando a questão do informante. O Brasil tem que começar a rever essa questão.

Crime e terrorismo. O terrorismo tem fim político, o crime tem fim econômico. Seus caminhos se cruzam, podem se cruzar. Existe uma dependência operacional gigantesca entre esses dois fenômenos criminais. A intensidade da violência é muito parecida. Quando eu mostro um ônibus que foi explodido em um atentado em Israel e mostro um ônibus queimado em um ataque do PCC em São Paulo ou no Rio de Janeiro, por algum grupo organizado do Rio, o impacto não é muito diferente.

O jornalista do *Washington Post* Daniel Pearl, assassinado em 2002, foi mutilado, trucidado. Não há muita diferença do caso do nosso Tim Lopes, com quem aconteceu a mesma coisa, também em 2002.

Não respeitam o poder do Estado. Olhem só a cara dos indivíduos. Mara Salvatrucha, o MS-13, de El Salvador. É o maior bando criminoso do mundo. Dizem que pode ter ente 40 mil e 70 mil membros. E temos o PCC, em São Paulo.

Nesta imagem eles desafiam o Estado. A grande diferença desses dois crimes é que eles não estão nem aí para o Governo, para a sociedade e para o Estado. É diferente do ladrão de galinha, do assassino comum, do criminoso



passional, que respeitam o juiz, respeitam a instituição, submetem-se a ela. Essas pessoas não respeitam, enfrentam o Estado.

Quando eu vejo um policial morto pelo ETA na Espanha, não há diferença de um policial morto em São Paulo pelo PCC ou um agente penitenciário em Mossoró, que foi torturado e assassinado por um grupo organizado. Não há diferença entre uma delegacia que explodiu em São Paulo e uma delegacia que explodiu no Afeganistão.

Então, esses dois fenômenos têm muito em comum: extrema violência, interesses comerciais recíprocos, atividade ilegal, vantagem da democracia e da globalização.

Hoje de manhã, nossa colega falou da questão de aproveitar a globalização e os avanços tecnológicos da Internet. Esses grupos aproveitam isso tudo de maneira rápida. Com a globalização, eles aproveitam todas as facilidades de comunicação e de transporte que existem no mundo. E às vezes os Estados são muito lentos em acompanhar isso. E as vantagens da democracia também. A democracia é a melhor coisa que existe, porque garante liberdade, liberdade de associação, de reunião, de ir e vir. Mas essas liberdades são exploradas por esses grupos também. E esses grupos também não respeitam a autoridade do Estado.

E como eles se relacionam? Existem quatro formas de o crime organizado e o terrorismo se relacionarem. A primeira aconteceu com fim da Guerra Fria. Durante a Guerra Fria, diversas organizações terroristas tinham dinheiro farto, principalmente da ex-União Soviética, para as suas atividades, movimentos insurgentes ao redor do mundo, etc. Esse dinheiro acabou, em 1989, com a queda do muro de Berlim, em 1993, com o esfacelamento da União Soviética. E o que aconteceu? Esses grupos tiveram que procurar fontes de financiamento. E aí migraram para o crime. Cito como exemplo as FARC — narcotráfico, tráfico — e o Talibã. E os terroristas que têm recursos começaram a contratar organizações criminosas, porque eles precisam de armas, de explosivos; eles precisam infiltrar especialistas em explosivos no Estado alvo; eles necessitam de documentos falsos. Então eles contratam organizações criminosas. O Exército de Libertação Nacional, da Colômbia — ELN, pagou o Cartel de Medellín, em 1993, para plantar carros-bombas na Colômbia. É



como se fosse uma contratação. Cartéis russos, tradicionais fornecedores de armas para as FARC — Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia.

Outra forma de se relacionar: o crime organizado se politizando. Eles começam a exercer pressão contra o Estado. O fim é econômico, mas em determinado momento, de forma pontual, eles vão exercer pressão sobre o Estado. Gente, isso aconteceu. Vejam só o que diz o Whittaker: *“A violência conduzida por uma organização criminosa pode ser caracterizada como um ato terrorista, se tal ação visa mudar o comportamento político de determinado governo.”*

O que o PCC fez em 2006? Queimou 82 ônibus, explodiu 17 agências bancárias, matou 48 policiais, explodiu um prédio do Ministério Público em São Paulo, destruiu 12 delegacias e feriu 50 civis. Foi para ganhar dinheiro? Não foi. Foi para pressionar o Estado. Naquele momento, o PCC agiu como uma organização terrorista, ainda que não o seja. O fim do PCC não é político, graças a Deus — ainda. Mas naquele momento agiu como uma organização terrorista. Isso é um ato terrorista.

E, por fim, o crime organizado contratado por terroristas. Nos últimos anos, o mercado de ex-militares especialistas em forças especiais, ex-policiais com treinamento em forças especiais aumentou muito no mundo. Diversas dessas pessoas formam grupos, e eles podem ser terceirizados, ou seja, podem trabalhar para um determinado grupo terrorista para cometer um atentado. Muito melhor do que utilizar um terrorista sem experiência nenhuma, é contratar um especialista em explosivos, um especialista em armas. É o que chamamos hoje de organizações militares privadas ilegais. Existem as organizações militares privadas. O Governo americano contrata esse tipo de organização para fazer a segurança de embaixada, etc. Mas aquelas outras são ilegais, porque atuam no crime em benefício do terror, são contratadas para praticar atos de terrorismo.

E por que cresceram tanto as atividades terroristas e o crime organizado nas últimas décadas? Por que elas estão se relacionando tanto? Primeiro, por causa dos avanços da globalização. A globalização foi muito boa para esses grupos. Todas as tecnologias, as mais avançadas, de Internet, de computador, de transporte, de comunicação, esses grupos estão captando e utilizando, e de forma muito mais rápida do que os Estados. Os governos são burocráticos, os Estados são lentos. É



necessário fazer licitação para realizar uma compra. Quando chegamos lá, eles já estão 5 anos na frente. A democracia e a liberdade protegem os cidadãos, mas protegem também terroristas e criminosos. Eles exploram essas liberdades democráticas.

Corrupção. Há autor que trata do crime organizado, do terrorismo e da corrupção de forma separada, como um triângulo, e os classifica como as maiores ameaças do mundo. A corrupção é uma ameaça e facilita a inserção do crime e do terror no Estado.

Organizações criminosas e terroristas não estão circunscritas a áreas geográficas, os governos estão. E os governos adoram o discurso da soberania e deixam de conversar com outros governos porque é soberano e pronto. O discurso da soberania tem que começar a ser repensado, porque o tratamento do crime é mundial, não é mais local.

O terror e o crime podem mover pessoas, bens, dinheiros e equipamentos rapidamente para qualquer parte do mundo. Em 36 horas eu posso estar em qualquer ponto da Terra. Basta ir a qualquer aeroporto, comprar a passagem e dar a volta ao mundo. Em 36 horas eu posso estar em qualquer ponto da Terra.

Governos criam mercados negros, com possibilidade de ganhos vultosos, ao proibirem o comércio de certos produtos. As pessoas querem consumir produtos da Prada, da Hugo Boss. Se o produto normal estiver caro, vão procurar no mercado ilegal, podem ter certeza. O mesmo se dá com a droga. Eu não sou a favor da liberação, da descriminalização — ainda —, mas eu acho que os Estados têm que começar a rever as políticas e começar a pensar em regular os mercados ilegais.

E o terror e o crime atuam de forma descentralizada, até pela globalização. Aquela estrutura antiga e hierárquica, que tinha o chefe da organização criminosa, o mafioso-chefe, o subchefe, os soldados, etc., está acabando, e vai acabar. Essas organizações estão buscando o que chamamos de invisibilidade diante das polícias. Hoje em dia, essas organizações atuam em rede e totalmente descentralizadas. O Estado tem que aprender a combatê-las assim, tem que entender que isso está mudando e tem que investir muito em inteligência.

Vou falar rapidinho sobre a Copa do Mundo. Eu só vou trazer um item para pensarmos, que é a racionalidade econômica. A organização criminosa e a





organização terrorista atuam de forma econômica, levam em conta a relação custo-benefício. Se o benefício é alto e o custo é baixo, elas estão dentro. É o benefício menos a probabilidade de prisão e o custo para cometer um atentado em um determinado lugar. Isso é para chamar a atenção para o fato de que o nosso País é alvo, sim. O Brasil não está fora dessa equação econômica. O ladrão, quando rouba, furta, assalta, sequestra alguém num lugar onde não há luz, onde não há polícia, o raciocínio é econômico, é custo-benefício. O benefício é alto e o custo, baixo; a probabilidade de prisão é muito baixa, não há policial, não há luz, ninguém vai ver. Essas organizações pensam assim.

Os benefícios durante um atentado são gigantescos. O atentado de 11 de Setembro gerou a maior propaganda da História mundial. E eu não sei quando vão conseguir vencer. Vocês podem pegar IBM, Apple, Microsoft, Google, juntar tudo, elas não teriam dinheiro para pagar propaganda em todos os canais do mundo durante uma semana. O 11 de Setembro foi muito importante. Quem era nascido se lembra do que estava fazendo no dia e na hora do atentado. Eu dou aula sobre isso. Já passaram mais de mil pessoas por mim e só uma pessoa disse que não se lembrava do que estava fazendo naquela época. Mas todo mundo se lembra, é a maior propaganda da história. Depois do 11 de Setembro, todo mundo passou a conhecer a Al-Qaeda. Depois do atentado a Munique, em 1972, todo mundo passou a conhecer a causa palestina e o Setembro Negro. Então, a propaganda vai ser gigante, e é bom, porque o Brasil vai estar na moda. É bom para o País chamar a atenção, mas vai chamar a atenção dessas organizações, que olham para isso. O benefício é muito grande.

E os custos do atentado? Como é que estão os custos? Como é que está o nosso controle de fronteiras, o controle de armas e explosivos? O uso de mecanismos de detecção nos aeroportos, portos, prédios públicos, entradas, rodoviárias, etc.? A vigilância de grupos radicais?

Eu falo isso e as pessoas ficam assustadas. Mas é preciso vigiar os grupos radicais. Por que não? Qual é o problema? Toda sociedade democrática vigia seus grupos radicais.

Quanto à legislação penal e processual, nós precisamos ter uma legislação penal que defina o que é terrorismo e o seu alcance, e uma legislação processual



que ajude as polícias a combater os grupos radicais, que ajude o Ministério Público a denunciar os grupos radicais e os juízes, a julgá-los, inclusive protegendo essas autoridades.

Quanto à questão das liberdades e garantias, nós temos que adequar as nossas liberdades e garantias à segurança que nós desejamos. Isso tem que ser discutido, e quem deve fazer isso é o Congresso Nacional.

Atividade de inteligência é prioridade número um. O Brasil tem que perder o medo da inteligência. Inteligência é para o bem, é para nós nos prepararmos. Inteligência é para nós prevermos cenários, é para o gestor, para a Presidente, para o Governador tomar a decisão adequada. É para isso que serve a inteligência.

É preciso criar mecanismos de mídia responsável. A mídia é muito importante! O Estado não deve controlar a mídia, isso é horrível! Mas a mídia tem que ser responsável ao divulgar informações, ao divulgar um atentado, senão ela motiva e incrementa os efeitos do atentado.

Quanto à fortificação dos nossos alvos, temos que saber o que proteger, fazer análise de risco. A Agência Brasileira de Inteligência soltou há um tempo uma análise de risco do País. Tem que fazer isso mesmo, é função dela. Nós temos que saber quais são os nossos alvos, qual o valor para eles, que as nossas ameaças estão considerando, e dar prioridade a sua proteção, protegê-los de maneira inteligente, gastando dinheiro no que deve ser gasto, no alvo que deve ser mais bem protegido. Além disso, é preciso manter canais democráticos. Está errado quem diz que nós temos que deixar na ilegalidade movimentos sociais como o MST, o MLST, o LCP, etc.

Se nós deixamos esses movimentos na ilegalidade, estaremos abaixando o custo econômico de eles irem para a atividade ilegal, que é a luta armada. Então, é preciso manter canais de negociação com esses grupos, quanto mais canais, melhor: Ministério Público, INCRA, Ministério da Justiça, Congresso Nacional, Comissões de Direitos Humanos das duas Casas, no âmbito estadual e municipal, etc. Tem que haver canais de negociação.

As experiências dos países que deixaram na ilegalidade determinados movimentos foram ruins.



A possibilidade de prisão também tem que ser levada em conta, bem como de capacitação dos nossos agentes, aquisição de equipamentos, privilegiando a polícia científica. Hoje em dia a prova é científica, a prova e as perícias têm que ser produzidas pela ciência. É preciso haver cooperação entre as agências. É preciso unificar a investigação do crime e do terrorismo. Já que o crime e o terrorismo não estão agindo de maneira desassociada, a Polícia Federal, a Polícia Civil, a ABIN, etc., têm que começar a integrar a investigação desses entes.

No caso da legislação, é preciso haver celeridade processual, com a profissionalização do Ministério Público, das polícias e dos juízes; preparação das equipes de crise, já que a crise no terrorismo é diferente; determinação de mandatos claros, ou seja, quem é responsável pelo quê. Na Copa do Mundo, o gabinete de crise é este, tal pessoa é responsável por isso, o contraterrorismo é desse grupo, o antiterrorismo é desse grupo.

Para finalizar, faz 42 anos depois de Munique — no ano que vem faz 42 anos —, não podemos mais alegar inocência. O Brasil não pode alegar inocência, não pode dizer que não sabia ou que desconhecia. Nós sabemos, nós conhecemos. São ameaças.

E eu quero terminar com essas duas imagens. Como é que o Brasil quer ser lembrado na Copa? Assim ou assim? É assim nós queremos ser lembrados.

Muito obrigado. Eu conheço a experiência da Divisão de Antiterrorismo da Polícia Federal; o Departamento de Contraterrorismo da ABIN; a Secretaria de Segurança Pública do DF; a PMDF; a PCDF; a Polícia do Senado Federal; a Polícia Rodoviária Federal; a brigada do Exército contra terrorismo; o Grupo Tigre, da Polícia Civil do Paraná; a Polícia da Câmara dos Deputados; e tantas outras instituições que já perceberam essas ameaças e estão trabalhando de forma dura para evitar atentados durante grandes eventos.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Agradeço ao Sr. Marcus Vinícius.

Antes de passar a palavra ao próximo palestrante, quero registrar também a presença dos corpos diplomáticos das Embaixadas do Japão, do Benim e da Bolívia.



Concedo a palavra ao próximo expositor, Sr. Antonio Jorge Ramalho da Rocha, também pelo tempo de 20 minutos.

**O SR. ANTONIO JORGE RAMALHO DA ROCHA** - Boa tarde. Quero, inicialmente, agradecer pelo convite para participar deste evento. É para mim uma grande honra.

Desde logo, deixo claro que falo aqui como professor da Universidade de Brasília, como estudioso, embora esteja vinculado ao Ministério da Defesa, no marco do Instituto Pandiá Calógeras, que é um *think tank* sobre defesa e segurança, que visa justamente encorajar o diálogo entre Estado e sociedade sobre assuntos relativos à segurança internacional e à defesa nacional. E, justamente por estar vinculado, eu falo nesta Comissão em nome próprio, em nome de um pesquisador, de um especialista no assunto. A versão oficial, a posição oficial do Ministério da Defesa é dada pelo Ministro. E os senhores terão logo mais seu representante aqui, na pessoa do General Arruda, que trará a posição oficial. Alguma coincidência de certo haverá entre nossas posições, mas falo aqui em meu nome pessoal.

E queria também registrar a importância de um evento como este. Eu acho que esta Comissão contribui para transmitir à população brasileira a informação — que nem sempre chega como deveria — de que aqui também há uma preocupação muito grande com assuntos da mais alta relevância para o cotidiano da sociedade. V.Exa., Sr. Presidente, com esta iniciativa, contribui para melhorar a imagem do nosso Poder Legislativo — que tanto prezamos — junto à nossa sociedade. É um aspecto positivo. As pessoas sempre criticam os equívocos, mas nem sempre saúdam os acertos desta Casa. Então, quero aqui saudá-lo efusivamente pelo acerto e pela preocupação de colocar em debate com a sociedade um tema tão relevante para todos nós, para cada um de nós.

Eu dividi a minha apresentação em três partes: uma trata mais da questão conceitual; outra enfatiza a distinção entre o problema do terrorismo e o combate ao crime organizado e o enfrentamento dos desafios que nós brasileiros temos no campo da segurança pública em geral, em que o crime organizado se insere; e a terceira parte trata da questão do futuro, por assim dizer — o que fazer diante dessas circunstâncias?



Nesse sentido, mais uma vez, é importante este debate. Não é um debate simples, não é um debate que se restrinja ao Brasil, e é preciso, é urgente que a nossa legislação seja aperfeiçoada no que diz respeito ao combate ao terrorismo.

Então, vamos ao primeiro grupo de questões, que é conceitual.

A nossa posição política tem sido tradicionalmente, em especial no que diz respeito às relações internacionais do Brasil, a de distinguir atos terroristas e táticas de terror empregadas, por quem quer que seja, de grupos de poder que as promovam, que as empreguem ou se apresentem com suas respectivas causas.

Isso é muito importante. É preciso preservar os agentes políticos — e eu não me refiro apenas a movimentos sociais, a partidos políticos, a outros grupos de poder — da associação indiscriminada e sistemática ao terrorismo.

Foi isso que fez, por exemplo, com que o Brasil se recusasse a reconhecer as FARC como um grupo terrorista, ao mesmo tempo em que condenava efusivamente e enfaticamente o emprego da violência e o emprego de táticas terroristas das FARC.

Separar o ato e uma tática que é uma forma de emprego de força do grupo que a emprega é um processo inteligente, é uma decisão inteligente. O Brasil vem praticando essa separação nas suas interações no ambiente internacional ao longo de sua história. Foi isso que permitiu ao Brasil, por exemplo, condenar táticas terroristas e atos terroristas do movimento sionista da Organização para a Libertação da Palestina, ao mesmo tempo em que não associou nem um nem outro ao terrorismo, necessariamente.

Hoje teríamos grandes dificuldades em lidar com o Governo de Israel ou em lidar com a representação palestina se tivéssemos categoricamente denunciado esses agentes políticos como terroristas.

Então, é preciso separar. Uma coisa é a condenação enfática de um ato hediondo, que é um ato de terror que serve para qualquer que seja o seu perpetrador, inclusive Estados que também operam eventualmente táticas terroristas. Isso é condenado. A outra coisa é como lidar com grupos que optam por esse caminho. E, aí, circunstancialmente, é o que se faz.

Tem sido essa, portanto, a posição do Estado brasileiro — não é uma posição de Governo —, ao mesmo tempo em que ainda prevalece uma indefinição



conceitual, ainda é muito aberto o modo como nós lidamos com o crime de terrorismo. É preciso — por isso é tão importante esta reunião que V.Exa. promove — aperfeiçoar a tipificação do crime de terrorismo no Brasil.

E, ao fazê-lo, é preciso separar uma coisa da outra. É preciso esclarecer o mais especificamente possível o que vem a ser o crime de terror, o crime de terrorismo, ou seja, o emprego da violência que afeta terceiros, não necessariamente envolve terceiros, não necessariamente envolve agentes da sociedade civil, como foi um dos exemplos colocados aqui pelo Marcus Vinícius.

Esse é um conceito bastante difundido. A meu ver, é um conceito equivocado. Ele envolve terceiras pessoas, portanto, pessoas alheias àquela relação direta. Ele é um ato de violência perpetrado por um grupo que tem intenções políticas, que defende uma causa.

Defender uma causa não significa necessariamente tomar um partido sobre a justiça dessa causa — eu vou voltar a esse ponto —, mas é preciso separar o que é um ato de violência que envolve terceiros, portanto, que gera repercussões negativas para pessoas não diretamente envolvidas naquele assunto específico, aquilo que os economistas chamariam de uma externalidade e que, justamente pelo recurso à violência, chama a atenção da opinião pública para uma causa.

Ao definir dessa forma o ato terrorista e ao condenar o ato terrorista dessa forma, não se pressupõe a eventual justiça da causa, não se pressupõe a necessária associação sistemática entre agrupamentos políticos específicos, sejam eles partidos políticos, exércitos de libertação, movimentos sociais, o que quer que seja, com o terrorismo, apenas se está condenando o ato terrorista, o emprego da violência que afeta terceiros visando chamar a atenção para uma causa. E, mais, não se pressupõe o envolvimento da sociedade civil no cometimento do ato de terrorismo, do ato de terror. Não necessariamente será uma organização da sociedade civil. Pode ser um grupo estrangeiro, pode ser o que quer que seja. O que se está condenando é o ato, é o emprego da violência que produz efeitos em pessoas não envolvidas com aquela causa, visando chamar atenção da opinião pública para aquela causa. Isso é condenável. Se isso está sendo feito, por quem quer que seja, deve ser tratado com o maior rigor possível.



E, se é possível demonstrar que uma organização específica cometeu um ato de terrorismo, então ela deve ser perseguida na Justiça pelo cometimento daquele ato, e não por sua possível natureza terrorista, porque não necessariamente uma coisa leva à outra. Ela tem que responder pelo ato que cometeu. É preciso se desideologizar o debate. Essa é a única maneira, a meu ver, inteligente de se enfrentar o problema. Então, esta é uma abordagem dos aspectos conceituais da questão.

Por que é importante ter isso presente? Porque quanto mais econômica e precisa for essa definição, mais fácil será organizar o Estado e as forças do Estado para combater este tipo de ato, sem abrir espaço para o emprego, para a instrumentalização ideológica desse combate, mas tendo presente que o tempo corre a favor dos terroristas. Não importa quanto nós consigamos nos organizar, quanta importância dediquemos à inteligência, sempre será possível, a quem quer cometer um ato como esse, encontrar algum espaço.

Olhem para o que está acontecendo hoje nos Estados Unidos da América, um país que vem restringindo as liberdades civis, que foram na verdade a causa da própria criação do Estado, restringindo as possibilidades econômicas, exaurindo a sua capacidade produtiva para se proteger de uma ameaça que pode não vir, pode vir daqui a 10 anos ou pode vir daqui a 2 dias. E nunca se sabe exatamente onde ela surgirá.

Vejam o que aconteceu esta semana em uma base naval. Ninguém sabe se foi um trauma ou um estresse pós-traumático de um combatente ou um ato terrorista. Ainda não está claro. Alguém, como a Al-Qaeda, pode reclamar para si o cometimento desse ato. Quem vai dizer que não foi? O tempo sempre vai correr a favor de quem deseja perpetrar isso.

Eu concordo inteiramente com o que o Marcus disse antes. É preciso atuar fortemente na área de inteligência, principalmente na área de inteligência externa. A meu ver, não resta dúvida de que o Brasil está exposto a isso, não pela natureza da sociedade brasileira ou pela nossa índole, mas porque seremos um palco para o qual estarão voltadas as atenções do mundo, no ano que vem e, depois, nas Olimpíadas. Isso significa que os riscos de que alguma coisa assim aconteça no Brasil são elevados. Por quê? Porque se trata do cometimento de um ato de



violência contra terceiros para chamar atenção para uma causa. Algum grupo que hoje seja desconhecido pode estar se organizando para cometer um ato aqui, não porque é aqui, mas porque as atenções do mundo estarão voltadas para o Brasil.

Já houve um progresso muito importante na relação entre Forças Armadas, Polícia Federal, Força Nacional de Segurança Pública, COAF, etc. e Polícias Estaduais, nesse particular, mas ainda há muito por fazer. Não resta dúvida sobre isso. Logo mais, os senhores terão informações mais específicas sobre isso, como eu disse, da fonte idônea, da fonte correta, que é o General Arruda.

Trata-se de um fenômeno complexo, dinâmico, de difícil enfrentamento, em relação ao qual estamos em desvantagem. O tempo corre e sempre vai correr a favor deles, pela natureza do ato, pela natureza do fenômeno.

O segundo aspecto para o qual eu quero chamar atenção é quanto à distinção entre o combate ao terrorismo, que para mim se enquadra nesta dimensão, e o combate ao crime organizado. Aqui também, a exemplo do que acontece, é preciso ter presente a necessidade de se distinguir, porque eles se aproximam, como ficou clara na apresentação tão bonita aqui no Power Point do Marcus Vinícius.

Eu abri mão de fazer apresentações no Power Point há muito tempo por total incompetência, não tenho condições de concorrer, sobretudo com os militares, que têm especialização nisso. Eu prefiro ficar com Moleskine. É melhor, para não tornar, digamos, *aburrido*, como se diz em espanhol, para não chatear ninguém.

Mas, como ele disse aqui, é isso mesmo. O processo de globalização, o acesso a novas tecnologias de informação favorece o crime organizado e favorece, dentro do crime organizado, o crime de terrorismo. Mas é preciso separar uma coisa da outra. Eles ganham eficácia, eles ganham autonomia, eles ganham independência. Nós estamos correndo atrás, sim, digamos, da capacidade de organização, do ponto de vista dos governos, porque os governos são mais burocratizados, são mais estruturados, precisam responder as sociedades e operam em outro contexto. É difícil coordenar ações para combater o crime organizado. Mas temos feito progresso nisso também, principalmente no que diz respeito à inteligência policial. E a ênfase do Brasil recai, a meu ver, também acertadamente,





na questão da lavagem de dinheiro. Siga o dinheiro. O dinheiro movimenta muitos interesses.

A única preocupação que tenho é com o fato de que é preciso ir além, e nisso o Brasil tem reclamado a atenção da comunidade internacional, sem muito êxito. É preciso que haja cooperação de inteligência, mas é preciso que haja também o combate aos paraísos fiscais.

Até muito recentemente, as empresas europeias, por exemplo, podiam deduzir do seu Imposto de Renda dinheiro usado como corrupção, desde que não fosse na Europa. E, devido a uma pressão do Governo americano, eles passaram uma lei que oferece... E, vejam, o argumento era concorrência desleal. As nossas empresas não podem fazer isso, porque a legislação americana é mais estrita, ela não permite que um dinheiro gasto em corrupção seja deduzido em Imposto de Renda. Então, as empresas americanas dizem: *“A gente concorre em desigualdade de condições. Então, vamos forçar os europeus a fazer o mesmo, a proibir suas empresas de corromper. Ou seja, vamos retirar os incentivos fiscais para a corrupção em terceiros países.”* Foi um ato excelente, todo mundo ganha com isso. Ainda bem que não foi na direção contrária. Podia ter havido também isso.

Se a gente não enfrentar com coragem a questão dos paraísos fiscais, da lavagem de dinheiro, que envolve não só o crime organizado de tráfico de seres humanos, de entorpecente, de armas, mas também o crime de corrupção, se não houver uma ênfase na recuperação de ativos, e o Brasil vem propondo e vem conseguindo alguns êxitos, não vamos avançar muito. Essa é uma das linhas de ação e acho que estamos bem nesse particular.

Uma segunda questão implica distinguir segurança internacional de segurança pública. Isso, para nós, é muito claro, mas para a maioria de nossos vizinhos não é. Nós sabemos que temos Forças Armadas preparadas para fazer a guerra. O combate ao narcotráfico, por exemplo, é uma responsabilidade da Polícia Federal. Ela é auxiliada pelas Forças Armadas? Sim. Deve ser? Sim. Mas nós temos essa distinção clara para que temos Forças Armadas, e isso é legal, é conceitual. Poderia ser ainda mais claro, mas temos isso muito bem estabelecido, do ponto de vista legal, doutrinário e político. Em outros países não é assim. Um país como a Colômbia, por exemplo, não teve essa opção. Ela teve que empregar suas Forças



Armadas no combate ao narcotráfico. É bom? É ruim? Foi a experiência colombiana. E isso, de um lado, lhes deu uma grande capacidade de atuação e, de outro lado, dificulta até a cooperação, porque a cooperação militar, quando vai se dar entre Brasil e Colômbia, em tese se dá entre Forças Armadas, mas a principal preocupação deles é com o emprego incomum para as nossas Forças Armadas.

Então, há certas dificuldades que são muito peculiares. Mas é preciso separar uma coisa da outra. E nesse particular temos pouquíssimos problemas, do ponto de vista de segurança internacional, de ameaças tradicionais, pouquíssimas possibilidades de uma guerra, mas temos problemas seriíssimos de segurança pública.

Vou trazer para os senhores os números do mapa da violência do ano passado. Melhorou um pouquinho. Foram 49 mil e 844 cidadãos brasileiros mortos — homicídios. Por arma de fogo, 39 mil. Mortos — homicídio. Estamos falando de quase 50 mil. Melhorou, porque em 2010 foram 52 mil.

Todos estamos chocados com a crise na Síria, que produziu isso: 110 mil mortos — antes do emprego das armas químicas era isso — em 2 anos.

Na verdade, os nossos números são maiores do que os da Síria. Nós temos mais do que uma Síria por ano quanto a homicídios. Não estou falando de mortes violentas, estou tirando acidentes de automóvel. Esses são dados do DATASUS. Qualquer um entra na Internet e acha. E nós achamos que isso está normal, que isso não é um problema grave.

A meu ver, essa questão é crucial, ela precisa ser enfrentada, ela guarda relação com o crime organizado, sem sombra de dúvidas, mas ela guarda relação também com uma série de incapacidades da nossa sociedade de conciliar a estrutura do Governo Federal com as polícias estaduais em vários Estados, de harmonizar a ação da Polícia Militar com a ação da Polícia Civil, de envolver adequadamente a sociedade no combate ao crime organizado. Nós temos uma agenda enorme pela frente. Houve alguns avanços do ponto de vista da articulação entre o Governo Federal e Estados, mas acho chocante. E me permito, Deputado, trazer essa ênfase para este debate, porque é o que o painel coloca: o problema do combate à violência, ao crime organizado.



Nisso, nós estamos sendo lenientes como sociedade. A nossa sociedade não tem sido capaz de conferir a importância devida a esse massacre. Os senhores peguem os dados demográficos do Rio de Janeiro hoje: nós temos menos de 88 rapazes para cada moça — isso é estatística de qualquer sociedade envolvida em guerra —, de jovens de 18 a 24 anos, porque os nossos jovens estão se matando.

Pior, esses números que eu estou dando para os senhores aqui mostram homicídio total, para os senhores terem uma ideia do percentual de homicídios a partir do universo de mortes não naturais e naturais, tudo incluído, no Brasil: 27%, em 2011, de homicídios. Se os senhores olharem o recorte juvenil até 24 anos, isso vai para 53%. Ou seja, eu não diria que temos uma guerra, porque guerra é um fenômeno entre Estados, mas temos um conflito de ampla escala presente na nossa sociedade, que afeta os jovens em muito maior proporção do que os mais velhos. Isso tem uma relação direta com o crime organizado, não tem uma relação direta com o terrorismo e precisa ser enfrentado.

Do ponto de vista da cooperação internacional, que é o quarto ponto que quero colocar aqui para os senhores, temos alguns obstáculos institucionais, como eu disse, que têm muito mais a ver com a dinâmica burocrática, mas há uma dinâmica política nas fronteiras de excelente relação entre Forças Armadas, forças policiais e até forças de guardas municipais, por exemplo, inclusive de parte a parte.

Eu já ouvi de mais de um delegado de polícia o fato de que eles fazem vista grossa, por exemplo, para perseguições quentes, de parte a parte, porque, se tivessem de interromper uma perseguição a um criminoso porque o cara atravessou a fronteira, eles teriam que parar, mandar um memorando para o Ministério da Justiça, o Ministério da Justiça mandar um ofício para o Itamaraty. Até que isso chegasse, acabaria a possibilidade de perseguição. Então, as polícias ali atravessam a fronteira. Na faixa de fronteira, eles se entendem em alguns lugares bem, em outros lugares nem tanto, mas eles se entendem. É preciso, portanto, rever como funciona essa assunção de responsabilidades nas faixas de fronteira. Mas nós temos uma relação muito positiva.

O único ponto de preocupação que eu levanto já foi colocado aqui antes pelo Marcus e tem a ver com o fato de que, quanto maior a integração na América do Sul — e nós estamos caminhando nessa direção, há uma orientação política muito



correta, que vem sendo mantida, pelo menos desde o início dos anos 90 e atravessa governos — maiores serão os problemas nas faixas de fronteira, porque, quando se cria uma estrada para favorecer o comércio legal, favorece-se também o comércio ilegal. Se se melhora a capacidade de repressão ali onde estão as estradas, não há dúvidas: as estradas vicinais começarão a ser usadas também pelos traficantes.

Portanto, é preciso realmente entender que vai se ampliar a necessidade de uma cooperação internacional para combater os problemas que nós temos nas fronteiras. Nesse sentido, o Conselho de Defesa Sul-Americana da UNASUL oferece um arcabouço muito favorável para o diálogo e para a tomada de iniciativas.

Para concluir, alguns aspectos que eu salientaria para os senhores a se considerarem quando se olha para o futuro. De um lado, houve um progresso muito significativo, como eu disse, no que diz respeito à interlocução entre o Ministério da Defesa, as polícias. Em alguns Estados, isso evolui melhor do que em outros. Houve um aprendizado muito grande das nossas Forças Armadas no Haiti, no combate, digamos, irregular, na promoção das condições de segurança numa situação como aquela, que é de operação de paz. Esse aprendizado foi trazido para cá e produziu benefícios positivos para a relação entre Forças Armadas e forças policiais. Não só isso. As experiências no Rio de Janeiro, na pacificação das comunidades onde o crime organizado estava mais presente, também mostram uma evolução muito positiva. É preciso estudar essas experiências com mais profundidade para delas extrair ensinamentos que possam ser aplicados também em outras regiões do País.

O segundo aspecto diz respeito a essa ênfase que eu quis conferir à questão da segurança pública. Quanto a isso, nós nos omitimos como sociedade. Acho que nunca é demais afirmar: é assustador que não haja uma manifestação mais veemente da sociedade brasileira, de todos, de partidos políticos, de movimentos sociais, de organizações não governamentais no sentido de reclamar uma atitude mais eficaz de coordenação de ações de combate ao crime organizado. Isso só envolve Forças Armadas de maneira ancilar, de maneira subsidiária. Isso é um problema do Ministério da Justiça com os vários Estados. Tem que ser colocado sobre a mesa, tem que ser enfrentado. Nós não podemos conviver com uma situação, nos números, nada diferente da Síria, todos os anos, achando que



estamos vivendo normalmente e que somos um povo pacífico. Isso realmente precisa ser enfrentado.

O terceiro aspecto que eu menciono diz respeito aos grandes eventos. Já coloquei. É só isso. Quer dizer, esse tema ganha relevância, porque seremos um palco. Dito isso, Deputado, faço um pedido mesmo, como cidadão. Que o senhor aproveite o fato positivo de ter colocado esse assunto em debate para aperfeiçoar a legislação brasileira de combate ao terrorismo, porque isso vai facilitar não apenas a caracterização desses atos e uma penalização, que tem que ser exemplar, desses atos nos termos que eu coloquei antes, pela sociedade brasileira em geral e pelo nosso sistema Judiciário. Mas, ao fazê-lo, se vai também reduzir o incentivo ao recurso à violência. Ao fazê-lo, vai-se distinguir o que é o ato terrorista do que é a legítima manifestação de qualquer agrupamento político e do que é o combate ao crime organizado. Essas três noções precisam estar muito claramente expressas na legislação, porque, se não estiverem, todos que atuam, tanto do lado do crime organizado, quanto do lado do terrorismo, apenas têm a se beneficiar com as zonas cinzentas.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Quero agradecer a contribuição de Antônio Jorge.

O nosso próximo expositor é o Sr. Javier Jordan, a quem passo a palavra por 20 minutos.

**O SR. JAVIER JORDAN** (*Exposição em espanhol. Tradução Simultânea*) - Boa tarde. Em primeiro lugar, quero agradecer pelo convite para participar deste seminário internacional no Congresso Nacional. É uma honra e um prazer estar neste grande País, o Brasil. Também quero agradecer principalmente pelo convite.

A apresentação que vou fazer é resultado de um processo de investigação financiado pelo Ministério de Ciência e Inovação sobre a estrutura do terrorismo na Europa. O que eu vou fazer é apresentar uma visão geral de qual foi o comportamento do terrorismo de boa forma esperado pelo Al Qaeda durante uma década, ou seja, um trabalho empírico baseado na análise de cem incidentes terroristas na Europa. Digo incidentes porque é uma categoria ampla. Nesses cem casos estão incluídos os ataques terroristas, atentados terroristas e também



atentados fracassados. Em alguns casos com a morte do próprio terrorista. Na maioria dos casos, são planos terroristas que foram desarticulados a tempo pelas forças de segurança dos países europeus.

Também a introdução metodológica, às vezes, apresentando um caso do ponto de vista da investigação, principalmente os casos onde não houve uma execução, onde não foi consumado o atentado terrorista e onde a informação vem da investigação policial. Em alguns casos, as provas são muito sólidas, mas, em outros, não foi possível aprovarem, portanto, é difícil saber se realmente houve um complô terrorista ou se essas pessoas estavam vinculadas ou não a questões logísticas ou a questões de outra natureza.

Então, com a finalidade de apurar essa análise, nesses cem casos, vamos distinguir entre categoria um e categoria dois. Categoria um é onde, com segurança, existia um plano terrorista, existia sim, porque foi realizado com êxito, houve uma consumação, ou porque finalmente essa investigação policial deu lugar a uma sentença onde as pessoas detidas foram condenadas por causa desse complô terrorista. Assim, há um incidente terrorista de grande magnitude.

E categoria dois são todos os demais, ou seja, essa informação foi mais ambígua, excluída, porque, mesmo sendo ações terroristas, diferem da natureza de um plano terrorista, aqueles casos onde há mortos, pessoas feridas, mas o enfrentamento com a polícia onde os terroristas também são surpreendidos, ou seja, não é somente algo planejado, mas sim um enfrentamento onde há muitas pessoas envolvidas, mas é de outra natureza.

Então, vou trabalhar dessa forma. Eu vou seguir com relação aos temas que possam ser de especial interesse para o Brasil e principalmente para um País que está frente a diversos eventos, pontos que são de muito interesse do ponto de vista antiterrorismo.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

E esse primeiro eslaide mostra que nem todos os países são países que foram afetados pelo incidente terrorista. Em alguns casos são países europeus, porque um dos objetivos deve ser observado, esse que está no eslaide, cuja embaixada, cuja empresa, cujo signatário, às vezes, é vítima de um atentado terrorista.



Bom, aqui vemos a diferença entre categoria um e categoria dois. Assim, a análise é sólida, porque há muitos casos, categoria um, e os demais, vocês podem ver, seria a categoria dois.

Então, algo que deve ser observado para fazer a análise é: quais são os objetivos que eram prioritários para os grupos na Europa?

Aqui há temas que são esperados, há respostas esperadas. E uma das esperadas é o local público, essa seria a primeira categoria. No caso de um grande evento, então, seria uma grande justificativa. Seria algo muito difícil controlar todas as pessoas de uma forma profunda. Ou seja, não é acessar um avião; são objetivos não tão sérios e, portanto, é algo que pode ser alcançado.

Além disso, quando alguém está em um local público, vai trazer uma grande atenção imediata; se são pessoas de diferentes nacionalidades, isto é muito mais justificado. Então, para os terroristas, os grandes eventos são particularmente atrativos, porque, como eu disse antes, na primeira apresentação desta Mesa, os terroristas gostam de publicidade. Então, para eles, um grande evento é algo fantástico.

Aqui há outros objetivos surpreendentes, como, por exemplo, personalidades ou indivíduos. Em relação a essas personalidades, indivíduos concretos, que talvez não sejam grandes figuras políticas, mas, sim, pessoas de grande relevância. E o que fizeram? Foram assassinadas? E as pessoas, às vezes, não se surpreendem, porque não é algo comum.

No nosso imaginário coletivo, o que nós fazíamos em relação a esse terrorismo? Na Espanha, infelizmente, o que nos fazíamos em relação ao ETA, por exemplo, era atuar contra esse terrorismo. Assim, a segunda categoria é observada mais habitualmente: são pessoas concretas, pessoas com nome e sobrenome, pessoas que devem ser acompanhadas, pessoas que eram acompanhadas pelos seus movimentos particulares.

Este é um dado interessante. Por quê? Porque, apesar de todas as medidas que aconteceram depois do 11 de Setembro, e este é um objetivo que deve ser observado, os terroristas não desanimaram e procuram atentar contra ele. Em uma análise mais detalhada, vemos que, de acordo com todo esse resultado, atentar



dentro de um avião, os terroristas procuraram objetivos dentro de todo esse processo, mas não tão sérios.

Por exemplo, contra o terminal de um aeroporto, um acesso fácil — claro, o acesso a essa parte do aeroporto é muito fácil —, o ataque se torna algo não tão difícil de acontecer. Então, um aeroporto garante atenção imediata, porque um atentado contra um tipo como esse chama muita atenção e, além disso, mortes de pessoas de várias nacionalidades. Ou seja, tem caráter internacional esse tipo de notícia.

Outro tema muito importante é o tipo de armas utilizadas nesses incidentes terroristas. Vemos aqui que o terrorismo na Europa, nesses casos principalmente, utilizava explosivos, particularmente explosivos caseiros. Aqui vemos uma diferença com outros tipos de grupos terroristas: o uso de outro tipo de armas; a utilização de armas de fogo é menor em comparação com a média mundial.

Este dado é comparado de uma forma mais geral. Seria um estudo de mais ou menos 25 anos, uma amostra de atuação de muitos terroristas. Vemos que esse tipo de terrorismo na Europa tem preferência pelos atentados com explosivos.

Se voltarmos um pouco mais para observar esses números, vamos ver, sim, que houve uso de armas de fogo, mas, pontualmente, havia outros tipos. O que não houve, com certeza, foi o uso de armas de instrução máxima com êxito. Então, tentaram fabricar armas químicas ou biológicas, mas de uma forma bem rudimentar. Talvez, aqui, tenha acontecido uma preocupação, mas em relação a essa infração, a essa ameaça do terrorismo, não de uma forma máxima, porque é muito difícil.

Se, habitualmente, já existem problemas para fabricar explosivos caseiros... Nesses casos — aí está a maioria —, o que acontece é que foi feito de forma falha, com dificuldades, imaginem para fabricar e utilizá-la de forma eficaz. Ou seja, somente pode ser feito pelos mais capacitados, pelos Estados.

Assim, quanto ao caráter suicida do incidente, o terrorismo é um atentado suicida? Não, não necessariamente... Em proporção relevante, não é bem assim que acontece.

Treinamento no exterior.

Esse treinamento é conhecido porque tem caráter transnacional. Ou seja, joga a favor deles a facilidade que têm para encontrar cenários nos quais recebem





treinamento e podem adquirir facilidades técnicas para manusear esses explosivos. Que países e que cenários são mais relevantes do ponto de vista europeu? Claramente, o Paquistão tinha analisado durante toda a década esse processo. Sim, tratava-se de um complô. Mas, de fato, tudo isso vinha de época anterior, ou seja, de 1980, ou 1990, quando receberam treinamento. A partir de 1996, o que aconteceu? Regressaram à Europa.

Eu queria comentar mais coisas, mas, devido ao pouco tempo, não posso falar muito.

Quanto à vinculação com as organizações, há um debate, estudos sobre terrorismo, sobre se continuam contando com elas, se segue sendo uma organização que deve ser observada ou se está descentralizada por completo. De manhã, falaram sobre vários pontos importantes, e a propaganda é a principal base do terrorismo, porque mostra de forma espontânea que há indivíduos que se somaram a essa prática e que se tornaram uma ameaça previsível e difícil de conter.

Então, vamos ver o que nos dizem os números que mostram dados sobre esse estudo na Europa. Para começar, vemos que as organizações têm um peso relevante — podemos ver isso na segunda metade dos estudos. Vemos que seguem contando muitas grandes organizações, mas, com certeza, conforme avança a década — e aqui, no caso, da primeira metade da década —, em muitos casos aparecem associados a células independentes. Trata-se do mesmo indivíduo que colocou em diversas ocasiões um explosivo e não foi capturado, de tal forma que se tornou algo muito independente... E, assim, conforme vai sendo difundida essa propaganda e vai se tornando popular esse tipo de terrorismo, ou os grupos de simpatizantes com esse grupo radical, aparecem mais indivíduos em pequenos grupos, ou em grupos totalmente separados, que começam a praticar esse terrorismo. Então, atualmente, as grandes organizações seguem nesse processo.

Assim, vemos que grupos protagonizaram esses incidentes, principalmente a Al-Qaeda. Isto é muito importante. No começo, pudemos perceber que todas as pessoas compartilhavam uma ideologia, e assim havia diferenças nas agendas políticas. Claro! Isto é muito revelador, chama muito a atenção. Se estivéssemos em um grupo distinto, veríamos que há muitos interesses; onde posso centrar-me mais, onde é mais importante. E isto chama muito a atenção de um grupo.



Então, Al-Qaeda, GSPC... Este é outro grupo muito importante, atuante e que cresceu muito. Aumentou muito o número de ameaças contra a Espanha, um grupo próximo a nós, mas vemos que realmente houve um espaço, especialmente no momento em que muda de nome... A agenda é muito mais global e assim começa a haver mais ameaças contra a Espanha e contra a França. É o que mostra os dados reais, mas, por outro lado, a agenda real mostrava esse discurso ideológico. A agenda real nem sempre converge com a outra agenda, e é assim que se estabelece essa mesa concreta de crime organizado. Pode-se dizer que esse grupo é o mais vinculado ao crime organizado de todas as organizações que eu coloquei no eslaide.

Assim, essa vinculação, no caso da Al-Qaeda, com o narcotráfico, com os sequestros, para obtenção de quantidades milionárias fez com que a sua agenda não fosse tão global, ou seja, tivesse muito *marketing*, mas realmente não tão comprometida, de verdade, com os princípios desse tipo de terrorismo, que tem avançado contra a Europa.

Por que eu peço atenção a essa parte da organização? Não é um debate tão simples tratar desses grupos associados a uma grande organização, desses grupos vinculados a uma grande organização... Mas é relevante porque depende muito de que sejam uns e outros, e depende muito de sua eficácia. Vamos ver a realização disso tudo neste eslaide e no próximo também. Vemos aqui as categorias, os incidentes realizados. Vemos os dois tipos de grupos: a cédula independente, que quer cometer um ato terrorista, o lobo solitário, e células vinculadas a uma grande organização.

No princípio, a única diferença neste eslaide entre o lobo solitário e os demais... Os lobos solitários são pessoas, sim, minimamente discretas. Isto é muito difícil, é muito difícil obter a informação que nos antecipe a ocorrência de um ato terrorista. Contudo, vemos neste mesmo eslaide que a taxa de falidos é muito maior, porque são pessoas que estão nesse processo, mas não estiveram em um campo de treinamento, nem receberam apoio de outros. Então, em muitos casos, fracassaram por pura incompetência. Em outros casos, além dessa incompetência técnica, fracassaram por problemas pessoais e psiquiátricos. O terrorismo não está somente associado a uma doença, diferentemente de outro tipo de criminalidade.



Os terroristas são reprováveis, mas são, sim, pessoas diferentes. Os lobos solitários, com muita frequência, não são assim. Ou seja, os lobos solitários, muitas vezes, são problemáticos do ponto de vista psicológico e psiquiátrico. Neste eslaide, vemos a grande diferença existente entre os grupos vinculados a uma organização e os que não estão vinculados. Em relação à vinculação e qual é a zona boa ou má dessas grandes organizações, no momento de calibrar a ameaça real que apresenta esse tipo de terrorismo... Quem realmente provoca atentados de grande impacto, atentados com elevado número de mortos, no caso da Europa, claramente, são os grupos vinculados a uma grande organização. Assim, os demais atores fracassam. E, nas últimas etapas, quando eu comentei sobre o atentado, há vários tipos, mas não há uma grande mortalidade.

Para finalizar, quero destacar 5 pontos. As sugestões que podem ser feitas da experiência europeia para o Brasil em grandes eventos. A importância da cooperação internacional no momento de lutar contra o terrorismo é fundamental. Os incidentes que foram trabalhados a tempo e que no final não foram cometidos, que foram desarticulados pelas forças de segurança, que estavam vinculados a uma grande organização, ou seja, que potencialmente eram muitos letais e que foram evitados, na maioria dos casos, graças à cooperação internacional. Porque são grupos que ultrapassam as fronteiras e que, de alguma forma, atuam separadamente, pode ser algo perigoso.

Na segunda parte, as comunicações eletrônicas, porque é algo delicado. Na luta contra esse tipo de terrorismo é fundamental ter capacidade para intervir nas comunicações eletrônicas, ou seja, telefone, *e-mail* dos suspeitos. Isto, evidentemente, é feito com a autorização judicial necessária para resguardar os direitos fundamentais; mas é algo muito importante, porque não se luta com as mãos atadas contra esse tipo terrorismo.

O terceiro poder e mais polêmico seria a vigilância nas redes sociais. No momento de lutar contra esse grupo, contra tudo isso que é independente, os lobos solitários, a experiência, tanto na Espanha onde houve prisões neste último ano e no ano anterior, como no ingresso de outros países europeus, nos diz que esta é a única forma de prevenir. A cooperação internacional, digamos, é básica no momento de lutar contra grupos vinculados a uma grande organização; quando o ator é um



não vinculado a ninguém, a cooperação internacional não faz tanto sentido, porque não existem transferências internacionais, não existem viagens a campos de treinamento, ou seja, é algo muito local, especialmente no caso dos lobos solitários.

Em muitos casos foi possível evitar a tempo, graças à vigilância, através das redes sociais. Então, em relação a essa pessoa que publica o seu perfil no Facebook qual seria a questão? Foi o caso do atentado e do assassinato de dois americanos no aeroporto de Frankfurt, em 2011. Quando foi observado o seu perfil, viu-se que aquela pessoa radicou-se a uma determinada área e assim realizou o atentado terrorista. Foram informações obtidas de uma fonte de inteligência. É uma forma de discriminar indivíduos e mostrar pessoas que estão em situação de risco para avançar em um processo de radicalização e eventualmente de cometer um atentado terrorista.

Assim falamos dos explosivos caseiros. Em alguns países foi feita uma vigilância, uma comunicação fluída que acontece com aquelas empresas que facilitam a aquisição do componente químico, uma grande quantidade de fertilizantes e componentes químicos necessários para fabricar um explosivo. Felizmente, atores não vinculados não conseguem fabricar, mesmo que tenham esses componentes, porque a fórmula baixada da Internet é insuficiente. Às vezes funciona, mas, nesse sentido, é algo astronômico.

Ainda para finalizar, outra experiência válida na Europa, e também na Espanha na luta contra o terrorismo, foi a boa comunicação entre as agências e os departamentos policiais, que fazem um trabalho de polícia e de proximidade. É um trabalho frequente com os cidadãos, porque eles têm que entrar nas casas para fazer investigações sobre drogas e outros delitos, em que pode aparecer a atuação de todos e pode ser a ponta do início de um fio que leve a uma investigação terrorista, porque esse grupo pode estar comercializando com drogas para obter explosivos ou para pagar viagens a indivíduos à Síria, por exemplo.

Ou seja, seria muito interessante uma colaboração fluída com a comunidade de inteligência ingressada entre as próprias agências que lutam contra o terrorismo, mas também é importante expandir essa consciência da luta antiterrorista a outros departamentos da própria força de segurança que luta contra outros tipos de delitos de que participam os terroristas, de tal forma que a informação que se consiga



possa ser cruzada com a das unidades especializadas que lutam contra o terrorismo e assim conseguem ampliar a cidadania.

No Reino Unido, uma coisa interessante é que professores de escolas e médicos, pessoas que conhecem bem a comunidade, os próprios responsáveis... Ou seja, uma inteligência da comunidade também é muito interessante no momento de prevenir esse tipo de terrorismo, mesmo que vinculado a organizações mais espontâneas, mas que habitualmente podem mostrar muitos indícios apresentados pelas pessoas que ali estão.

Neste *site* os senhores podem encontrar publicações e mais informações sobre o tema que apresentei.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Agradecemos ao Sr. Javier Jordan a contribuição.

Registro a presença de diplomatas das Embaixadas da Rússia e da Espanha. Com a palavra, pelos próximos 20 minutos, ao Sr. Hussein Ali Kalout.

**O SR. HUSSEIN ALI KALOUT** - Boa tarde. Embora me chame Hussein, nome não muito ortodoxo para a cultura brasileira — e embora esteja vindo dos Estados Unidos para falar aqui —, sou brasileiro nato.

Quando fui convidado pelo Deputado Nelson Pellegrino, Presidente da Comissão, e, extensivamente, pelo Deputado Walter Feldman, eu me vi numa encruzilhada: atender a um dever cívico e moral, como cidadão brasileiro, ou ter que, ao retornar aos Estados Unidos, submeter-me a uma nova humilhação nas portas da imigração. Acabei optando por cumprir com meu dever cívico, mesmo sendo, toda vez que volto à minha residência em Boston, na passagem pela imigração, objeto de interrogatórios, estágios 1, 2 e 3, até que descubram que sou uma pessoa do bem e eu seja liberado.

Então, mais do que me agradecer, acho que os senhores devem me desejar boa sorte. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Vamos lhe dar uma carta de recomendação deste Congresso. (*Risos.*)

**O SR. HUSSEIN ALI KALOUT** - Bem, isso foi para descontrair um pouco, porque o tema é um pouco pesado e há uma enorme atmosfera de pessimismo. Eu



não sou tão pessimista quanto meus colegas, embora entenda que haja o risco de o Brasil vir a ser foco.

Para pensar essa questão, devemos pensar, primeiro, o problema: identificar se somos foco, se somos rota ou se somos alvo. Com base nessas três categorias é que entendo que nossa estratégia deve ser construída e trabalhada.

Não creio que sejamos alvos, não creio que sejamos rota, mas creio, sim, que eventualmente poderemos vir a ser foco, em função das atividades mundiais que terão lugar em nosso País.

Acho que as respostas essenciais, se entendermos que somos foco, são como combater e como nos antecipar. Hoje pela manhã, o General José Elito disse uma coisa muito marcante que me chamou muita atenção: ter uma estratégia coordenada, preventiva e prospectiva, o que é fundamental para desenvolver qualquer estratégia.

Nos Estados Unidos, no meio da academia americana — e eu venho de uma universidade um pouco conservadora e muito preocupada com o tema —, de 10 disciplinas, 9 são voltadas para o terrorismo, pelo menos no meu Departamento de Ciência Política, ou para segurança internacional. Hoje eles não estão em um estágio de criar leis ou de se preocupar com leis, mas sim de criar mecanismos reais, efetivos de prevenção e de antecipar se haverá um ato terrorista.

Creio que o terrorismo é muito mais um método do que uma finalidade. Então, como conseguimos, a partir de um projeto de lei, estabelecer os parâmetros claros e definimos qual é o método efetivo? Evidentemente o método pode ser usado a serviço e com finalidades políticas, não tenham dúvida disso. Mas uma organização pode ser denominada de terrorista por usar o método e depois ela deixar de ser denominada terrorista por deixar de usar aquele método específico. Durante a minha pesquisa nos Estados Unidos, eu encontrei uma definição muito importante, que define um pouco o que pode ser qualificado efetivamente como método: o método está baseado, sobretudo, consubstanciado pela prática da coerção, em que o grupo político organizado procura atingir finalidades por meio do uso motivado, premeditado e sistemático da violência contra civis ou populações não combatentes.

Acho que esta definição expressa muito mais a essência do que é o terrorismo do que propriamente ficar focado na análise política do terrorismo. E isso



requer certos cuidados: o que qualificar como terrorismo e não cair no erro de enxergar em qualquer ação um ato terrorista e acabar estigmatizando determinado grupo, determinada classe, determinada sociedade como apoiadora ou incentivadora do terrorismo.

Ao falarmos de um projeto de lei, acho que temos também que nos questionar se estamos dispostos a abrir mão de certas liberdades individuais e certas garantias fundamentais para conceder maior legitimidade e legalidade aos aparatos de inteligência, aos aparatos de investigação e de persecução jurídica. Então, esta é uma pergunta fundamental para conseguirmos ter eficácia no combate ao terrorismo.

Na sociedade americana, esse é um pacto claro. Há uma disposição clara de que estão dispostos a renunciar a certas prerrogativas para ter mais segurança, mas eles se encontram na categoria alvo e não na categoria eventual foco. Assim, o consenso em torno de abirmos mão dessas liberdades e dessas garantias é o “x” da questão, e como isso será utilizado pelos aparatos de segurança, seja de inteligência, seja policial, seja judicial. É fundamental amadurecer um pouco essa ideia, para que não haja transposição e transgressão a determinadas garantias e ocorrerem certos excessos.

Creio que o projeto de lei... Decidi focar um pouco mais na estrutura. Li todos os projetos. Todos são realmente formidáveis, bons, mas acabam se sobrepondo em alguns aspectos e acaba havendo certas lacunas que precisam ser preenchidas para que o projeto possa ser mais amplo, mais completo, por assim dizer.

Acho que o projeto está muito mais focado na mecânica da punição. Ele é muito mais voltado de forma punitiva e menos focado no conceito do método, como qualificar. Por exemplo, eu acharia interessante contemplar no projeto que a venda de substâncias químicas oriundas de A, B, C e D são objeto de investigação e persecução penal. Quem vende também é alvo de investigação. Quer dizer, uma ação terrorista vinda de fora, se a gente partir desse pressuposto, precisa de uma base interna. O sujeito não vai vir com galões de produtos químicos para bolar a sua bomba caseira ou qualquer coisa do gênero. Ele vai ter que interagir, vai ter que comprar isso eventualmente aqui no Brasil. Então, eu acho que essa preocupação deveria, a meu ver, ser contemplada na discussão.



Segundo ponto que eu vejo importante — talvez não seja no projeto de lei em si, mas tem que vir paralelo ao projeto de lei — é uma política educacional voltada para a área dos direitos humanos de como tratar a temática, especialmente ao falarmos de um evento esportivo de grande magnitude, como a Copa do Mundo, e, posteriormente, uma olimpíada. Como tratar isso nos balcões de imigração dos aeroportos brasileiros? Esta é uma pergunta importantíssima. Será que os nossos agentes estão preparados para lidar com isso? Ou será que cairemos no mesmo erro que acontece nos Estados Unidos? Não importa se o passaporte é brasileiro, não importa se ele é chinês, não importa se ele é americano até: se tiver determinado nome dentro daquele banco de dados, ou seja, Hussein, Ali, Mohamed, Ahmed, Mahmoud, e por aí vai, você vai ser parado, não importa. Ou pela fisionomia. Vejo que muitos dos senhores aqui, além de mim, serão eventualmente interpelados e detidos. Então, como ter esse discernimento e essa capacidade de, ao sermos País protetor e defensor dos direitos humanos, não cometermos erros que infrinjam as mesmas leis dos direitos humanos. Então, são pontos essenciais que precisamos discutir juntamente com o projeto de lei.

Um ponto importante que também devemos nos questionar é: como preparar os nossos aparatos de inteligência, os nossos aparatos de segurança, os nossos aparatos judiciais para tratar com o tema? Desculpem-me dizer isso, com todo o respeito, entendo o esforço que se empreende em prol disso, mas não vejo as nossas estruturas, sejam elas de investigação, de inteligência ou de persecução penal, preparadas para tratar de um tema tão complexo e de tamanha magnitude. Não vejo. Eu acho que, sim, precisamos, sobretudo, para fortalecer esses mecanismos, de investimentos, treinamentos e capacitação.

A gente está vendo, recentemente, na mídia brasileira as repercussões relacionadas às interceptações de comunicações contra autoridades do Governo brasileiro. Por que isso ocorre? Primeiro, será que nós somos capazes de prevenir, ou será que não temos recursos necessários para prevenir, ou será que são as duas coisas? Material humano penso que temos de mais alta qualidade, mas acho que não temos os recursos. E uma barreira muito clara: tratar de inteligência de terrorismo requer vários métodos. Primeiro, idiomático. Não querer que os nossos agentes estejam preparados para interceptar comunicações em árabe, ou em inglês,





ou em francês, ou em mandarim, ou em siríaco, ou em qualquer idioma que seja. É pouco o grau e o número de pessoas que têm domínio completo de idiomas para estarem preparadas nesse processo.

Então, eu acho que o projeto de lei é uma grande iniciativa, mas junto a ele vem outros elementos acoplados que precisam também ser debatidos e isso faz parte do aparato de preparação dos instrumentos públicos de persecução, investigação e inteligência.

O que eu acho que nós devemos evitar, e aí é um conselho, é o modelo do tipo Ato Patriótico americano. Eu acho que, para a gente, isso não serve para nada. Precisamos criar mecanismos adequados a nossa cultura e a nossa realidade. Não creio que um ato patriótico, a exemplo do americano, seria bem aceito ou mesmo aprovado pela sociedade brasileira, e muito menos pelo Parlamento brasileiro. Então, nós temos que tomar muito cuidado quanto a esse aspecto.

Ao entrar especificamente na minha área de pesquisa ou de estudo, que é Médio Oriente e grupos armados que praticam ou não o método terrorista, eu tentaria fazer uma correlação com o crime organizado. Acho que o problema do Brasil está muito mais correlato à problemática do crime organizado do que efetivamente à vulnerabilidade a atos terroristas, embora, repito, haja o risco — não a autoridades brasileiras, não creio que a cidadãos do mundo, mas sim a determinados grupos específicos no Brasil. De repente, a seleção americana de futebol, não sei, a seleção inglesa, algo do tipo. Então, essa é a avaliação preliminar.

Eu acho que as redes terroristas cada vez menos dependem do auxílio do crime organizado para perpetrarem atentados. No passado, na minha concepção, sim, elas dependiam um pouco mais do crime organizado em si. E elas passam a depender menos porque a tecnologia, e o que Javier colocou muito bem, e o uso de mecanismos de interceptação telefônica, de comunicações ou mapeamento de informações da Internet colocam esses grupos em vulnerabilidade. Portanto, uma organização terrorista não vai querer praticar um crime sabendo que esse crime pode colocar por água abaixo o seu subsequente ato.

Portanto, uma organização terrorista eventualmente não vai correr o risco, hoje em dia, de tratar ou se nutrir do dinheiro do narcotráfico para cometer um ato



terrorista. Assim, ela precisa, na verdade, de encontrar financiadores que não possam ser descobertos, e não um recurso oriundo de outra prática de crime.

O que são organizações criminosas? O Marcus mencionou o PCC e, em termos internacionais, existe a máfia russa, os cartéis de Medellín, os casos clássicos da máfia italiana, cuja finalidade não é a prática do método do ato terrorista, mas, sim, a prática do crime organizado com finalidade econômica de domínio de mercado e de enriquecimento, burlando a lei, mas não essencialmente essas organizações precisam se proteger ou agir no sentido de coagir um Estado, usando práticas terroristas. Muito mais, elas subornam os agentes da lei, compram os agentes da lei para terem certa proteção. Já a lógica das redes terroristas...

E, normalmente, essas organizações têm endereço, têm uma localização específica. Todo mundo no Brasil sabe onde fica o PCC e quem são os líderes do PCC. Na Itália, todo mundo sabe onde ficava a Cosa Nostra e quem eram os líderes da Cosa Nostra, mas muito difícil é delimitar isso num grupo como, por exemplo, a Al-Qaeda. Tudo bem, tem o Ayman al-Zawahiri, mas e os restantes? Onde eles estão?

Então, a mecânica dos grupos terroristas é operada muito mais na clandestinidade e sem o apoio popular tácito, sem uma interlocução popular. O crime organizado já tem, de certa forma, alguma interlocução popular. Por que tem alguma interlocução popular? Porque, ao redor daquele aparato econômico, existem determinados grupos que sobrevivem daquele crime, pela própria exclusão econômica, pela própria exclusão social. Já nas redes terroristas, não existe essa mesma prática.

Enfim, o *modus operandi* — só para acentuar — é a clandestinidade, sem uma capacidade de influência populacional. Esses grupos, essas redes não têm o objetivo de acúmulo financeiro, monetário; elas não almejam isso, diferentemente das organizações terroristas. Elas não almejam o controle de determinado mercado ou produtos, mas, sim, tem como foco infligir danos políticos por meio de atos de violência contra a população civil e grupos não combatentes.

Em boa medida, quando a gente fala de terrorismo, de redes terroristas, normalmente os focos acabam se voltando para o Oriente Médio e, inexoravelmente, quando se voltam para o Oriente Médio, acabam se voltando inexoravelmente para



a comunidade árabe ou para a comunidade muçulmana, de forma geral. Isso é basicamente automático, é o que se passa na psique das pessoas. Acho isso muito grave, porque não é o que representa essencialmente a comunidade árabe e a comunidade muçulmana no mundo inteiro. Não sei, mas talvez a comunidade muçulmana no mundo inteiro represente um quarto da população mundial, aproximadamente vinte e poucos por cento. E, por mais que haja grupos não fundamentalistas, grupos seculares, nem todos apoiam a prática da violência como meio de alcançar objetivos políticos.

As maiores vítimas do terrorismo organizado das redes são as próprias comunidades árabes ou as próprias comunidades muçulmanas. Isso acaba não tendo eco no Ocidente e, talvez, muito menos no Brasil. Vou lhes dar um dado muito importante. Eu estive recentemente em West Point, a academia de elite do exército americano, e os dados que eles mostraram são no seguinte sentido: cerca de 80% dos atentados terroristas ocorrem em território de países muçulmanos e 95% das vítimas são muçulmanas. Mas isso, muitas vezes, nem sequer é levado em consideração e acaba se estigmatizando um grupo, como se todo o arcabouço daquela sociedade pertencesse ou apoiasse as redes de alguma forma. E não é verdade.

Hoje, pela manhã, mencionou-se determinados dados e alvos como Estados Unidos, Grã-Bretanha, Espanha. E os atentados que ocorrem no Iraque, senão todo dia, dia sim, dia não, senão duas ou três vezes por semana? E os mortos são 60 pessoas, 150 pessoas, 80 pessoas em frente a mesquitas, a escolas, e por aí vai. Isso não se discute nem sequer vem à tona. Parece que a prática acontecida lá é menos importante ou não tão relevante quanto a que for praticada em outros países para cá do Atlântico. Então, isso é importante analisar. E os atentados que ocorreram recentemente no Líbano? E os atentados que ocorrem no Paquistão, no Afeganistão, na Síria, e por aí vai? Então, pouco se fala sobre esses instrumentos.

Há uma confusão muito clara nesse ponto, razão pela qual para os sistemas multilaterais políticos, como Nações Unidas e outros, é muito difícil tipificar o crime de terrorismo e chegar a um consenso de onde está o limiar entre o ato terrorista e o de resistências nacionalistas legítimas, resistências nacionalistas que vivem sob ocupação militar, seja no Oriente Médio, seja em outros lugares. Então, como isso



funciona? E, aí, inexoravelmente, quando a gente fala disso, acaba olhando para grupos políticos que têm braços armados ou não, se quiserem assim tipificar movimentos como o Hamas, ou o Hezbollah, ou outros no Oriente Médio.

Aqui na entrada, o Antonio Jorge me fez uma pergunta sobre como eu estava vendo a política externa brasileira com a Síria, ou algo do gênero, e eu dei a minha avaliação a ele. Acho que o Brasil é muito sábio ao se manter distante do conflito, mas se mantendo ativo na busca de uma solução negociada e reconhecendo, em certas medidas, aspirações de determinadas demandas de determinadas sociedades.

Como se sabe, o Brasil não reconhece, por exemplo, o Hamas como uma organização terrorista, não reconhece o Hezbollah como uma organização terrorista, apesar de, eventualmente, condenar práticas do Hamas como atos de violência. Mas mais importante do que isso, o importante é entender o *modus operandi* desses grupos, para tentar tipificar o método.

O Hezbollah — no caso específico do Hezbollah, eu estudei mais ou menos a psicologia, a lógica, o grupo, a organização, como funciona — é um grupo político que tem uma enorme influência na sociedade libanesa e goza de uma enorme legitimidade. Então, para excluir o Hezbollah do convívio da sociedade libanesa, você basicamente tem que deletar cerca de 50% da população do país que entendem a resistência como legítima, na visão deles, contra o Estado de Israel, que ocupa ainda terras no sul do Líbano, que seriam as fazendas de Shebaa e a parte sul da cidade Ghajar. Portanto, é uma circunstância muito complexa.

E daí a pergunta: será que somos vulneráveis a esses grupos no Brasil ou não, se nós não os reconhecemos? Então, são questões que necessitam um pouco de reflexão mais aguda ao se falar disso. Por exemplo, recentemente vocês viram que a União Europeia buscou condenar o braço armado do Hezbollah ou culpá-lo pelos atentados ocorridos na Bulgária, apesar de não ter havido provas consistentes, ou provas que efetivamente apontem nesse sentido. Mas não existe braço armado no Hezbollah; existe a corporação. Pronto e acabou. Ou você condena a corporação, ou você não condena a corporação. Essa é uma forma vergonhosa de tentar achar uma condenação dentro de um processo político, sem indícios efetivamente jurídicos.



E o mais curioso de tudo — não sei se vocês acompanham as notícias da região, mas eu as acompanho —, no mesmo ato que saiu a condenação, a representante da União Europeia foi visitar as lideranças do Hezbollah para dizer que é importante que os canais de diálogo se mantenham abertos e que não é bem assim. Ora, mas, se você reconhece um grupo como uma organização terrorista, como um braço armado, você não pode ter diálogo com ele. Quer dizer, é muito complexa essa tipificação.

Então, eu estou relatando isso a vocês, sobretudo, para que entendam a complexidade de se delimitar o que é e o que não é. Nós temos que focar o método sobretudo, não a ideologia, não o grupo e não as suas aspirações políticas, mas sobretudo, antes disso, o método. E acho que foi dito isso aqui no início.

E eu queria apenas fazer uma correção, pois eu escrevi, há 2 dias, um texto para a *Folha*. Acho importante fazer essa correção, não uma correção minha, mas do que foi dito aqui, pela manhã, de que hoje a população cristã síria sofre com o terrorismo. Não! Não é a população cristã síria, é a população síria como um todo. São todas as minorias e, inclusive, outros que sofrem com o terrorismo, não são só os cristãos. Então, isso é importante ser corrigido.

O que se tem hoje na Síria, apesar de qualquer opinião — e eu respeito todas elas — sobre o regime sírio, seja a de quem vê no regime uma forma legítima, ou não, isso cabe ao julgamento de cada um aqui, eu não estou aqui para advogar para ninguém, mas, não se pode excluir a importância de mencionar grupos terroristas que estão infiltrando-se na Síria, como células da Al-Qaeda, o Fatah Al-Islam e o Jabhat al-Nusra, que são grupos altamente perigosos. E a gente vê, na Síria, com o apoio de determinados países, repetir-se o erro que aconteceu na guerra soviético-afegã, nos anos 80, quando se apoiou, apoiou e apoiou a guerra contra a União Soviética no Afeganistão e se acabou criando a Al-Qaeda e o Talibã. E é basicamente jogar no colo desses grupos, caso se opte pelo apoio a esses grupos, a segurança da Síria, a segurança do Oriente Médio.

Aí, para concluir, eu volto ao ponto: somos vulneráveis a esses grupos? Não sei se somos. Eles representam um risco? Não sei. Precisamos, realmente, ter o cuidado ao avaliar isso.



Eu estourei o tempo em 30 minutos, mas eu me empolguei demais. Vim de tão longe e precisava, como o Javier, falar, falar, falar e falar. Espero que esteja sendo interessante para vocês.

Portanto, quando nós vamos tratar dessa temática do Brasil, temos que tomar muito cuidado. Eu acho que tratar de terrorismo e de islamismo requer um pouco de sofisticação intelectual e um pouco de precisão a respeito desse mundo. Se você não tiver isso muito claro, acabará incorrendo no erro de falar coisas que não deve. Portanto, isso requer um pouco de sofisticação e de estudo de fato. Hoje, os principais aliados dos países ocidentais para o desmantelamento dessas redes é a própria comunidade muçulmana, que não tem interesse, ou a própria comunidade árabe, que pode ser muçulmana, que pode ser cristã, que pode ser judaica.

Eu acho que o modelo brasileiro é um modelo extraordinário de exportação dessa convivência: a forma do diálogo inter-religioso no Brasil. Portanto, penso eu que, ao tratar de um projeto de lei dessa magnitude e importância, diversos aspectos precisam ser levados em consideração, sobretudo, a preparação dos agentes do Estado, no que se refere a aspectos dos direitos humanos; sobretudo, no projeto, contemplar a cooperação e a colaboração, deixando muito claro quais são os instrumentos que são objetos de tipificação e de condenação — isso é fundamental; além de tipificar muito bem o método — isso eu acho que é vital.

Para concluir, eu acho que precisamos preparar melhor algumas instituições, e aí é a instituição judiciária. Mas, eu entendo que esse seja um passo subsequente à aprovação do projeto de lei. Eu acho que não se pode aprovar e pronto: lavamos as mãos; agora está aprovado; o Judiciário que tome conta se houver problema; os aparatos de inteligência que investiguem se houver problema. Falou-se muito em coordenação, mas eu trabalhei, até recentemente, no Superior Tribunal de Justiça, como Diretor de Assuntos Internacionais, e não percebi essa coordenação entre a Justiça Federal e os meios investigativos. Eu acho que a Justiça não está preparada para lidar com essa semântica de tema. Eu acho que, realmente, precisamos evoluir para essa preparação como evoluímos nas varas de combate à lavagem de dinheiro. Eu acho que é exemplo muito bem-sucedido, e podemos evoluir. Eu acho que podemos, nesse aspecto, aprender um pouco com a Espanha, com a Audiência Nacional de Madri: comarca criada com a finalidade mais focada em julgar os casos



de terrorismo e na qual há uma preparação específica dos magistrados para lidarem com esses aspectos, preliminarmente.

Portanto, essa é a minha mensagem. Agradeço a paciência de todos; agradeço o convite do Deputado Nelson Pellegrino. Congratulo o Walter Feldman por sua iniciativa de apresentar um projeto muito importante para o País, embora estejamos a poucos meses da Copa do Mundo. Eu acho que estamos muito em cima, deveríamos ter começado isso mais cedo. Por isso eu alertei para algumas coisas que precisam ser incluídas, para não se aprovar um projeto de lei e, depois, correr para fazer remendos, para sofisticá-lo e melhorá-lo.

Setembro está acabando, em junho, será a Copa do Mundo, então, temos muito pouco tempo para preparar os aparatos do Estado para isso. Acho que devemos agora, o quanto antes, não só aprovar o projeto, mas encaminhar a preparação dos aparatos do Estado.

Muito obrigado a todos pela paciência. Até uma futura oportunidade.  
(Palmas.)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Nelson Pellegrino) - Muito obrigado, Hussein. Eu queria também agradecer a Javier, a Antonio Jorge, a Marcus Vinicius. Quero entregar a todos uma recordação da Câmara dos Deputados: um livro que retrata a nossa arquitetura e a nossa arte.

E quero dizer o seguinte: devido à extensão das exposições, o que foi conveniente — eu deixei dilatar um pouco o tempo delas, em razão da sua importância —, nós não vamos fazer agora a parte das perguntas.

Nós temos um painel a seguir, com cinco expositores. O Deputado Walter Feldman vai coordenar, e os nossos painelistas estão aqui. Eu queria saudar o Embaixador Samuel Pinheiro, meu amigo, grande embaixador. Foi Secretário-Geral do Itamaraty, é um formulador da nossa política externa em diversos temas, um homem que, tenho certeza, vai dar uma grande contribuição, como tem dado a diversos temas, em especial no pensar estrategicamente este País, e foi também Ministro do Governo do Presidente Lula.

Então, eu vou dar por encerrado este painel, agradecendo a todos os expositores a contribuição. Logo em seguida, o Deputado Walter Feldman dará seguimento ao próximo painel.



Muito obrigado. (*Pausa.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Meus amigos, nós vamos ter que iniciar imediatamente, pedindo celeridade aos companheiros. Nós temos um certo temor de que, no final da tarde, o pessoal já tenha seus compromissos. Então, eu vou imediatamente convidar a compor a Mesa o Sr. Alessandro Jacondino de Campos, integrante da Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos, órgão ligado ao Ministério da Justiça.

(*Pausa prolongada.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Bom, já temos a presença aqui do Sr. Alessandro Jacondino de Campos. Vamos convidar agora o Sr. Marcelo Suano, especialista em relações internacionais, Diretor do Centro de Estratégia, Inteligência e Relações Internacionais de Porto Alegre; o Sr. Luiz Alberto Sallaberry, Diretor de Contraterrorismo da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN, Brasil; o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães, Mestre em Economia pela Boston University, ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e ex-Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores; o Sr. General de Brigada Júlio Cesar de Arruda, Comandante da Brigada de Operações Especiais do Exército, que já dirigiu a Academia Militar das Agulhas Negras, principal escola de oficiais do País, e exerceu o cargo de Assessor Militar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República; e, por último, o Sr. Daniel Daher, Delegado de Polícia, Chefe da Divisão Antiterrorismo da Polícia Federal.

Nós temos, regimentalmente, que colocar à disposição dos senhores palestrantes 20 minutos para que completem a sua exposição. Tendo em vista o atraso, eu pediria a todos que pudessem, dentro desse prazo, ser o mais sucintos possível, para que pudéssemos ter conclusão e, eventualmente, ainda algum debate, concluindo o nosso Seminário.

Então, imediatamente, eu passo a palavra ao Sr. Alessandro Jacondino de Campos, não sem antes relatar que, no início do II Painel, eu estive na Comissão Mista que está trabalhando a questão do terrorismo. Falei com o seu Presidente, Deputado Vaccarezza, e com o Relator, Senador Romero Jucá. Já existe um pré-relatório a ser apresentado. Teremos uma reunião com os proponentes dos vários





projetos de lei que tratam da questão do terrorismo, apresentados no Congresso, mas existe uma determinação tanto do Presidente do Senado quanto do Presidente da Câmara, bem como do Presidente e do Relator desta Comissão, na apresentação rápida deste projeto para apreciação e votação. Se não for possível fazê-la este ano, no início do próximo. Portanto, cumprindo a tarefa de apresentarmos uma legislação específica sobre terrorismo para o Brasil, antes do grande evento da Copa do Mundo; ou seja, uma notícia bastante positiva, saudável e aguda em relação à informação que obtivemos 2 horas atrás.

Com a palavra o Dr. Alessandro Jacondino de Campos para sua exposição.

**O SR. ALESSANDRO JACONDINO DE CAMPOS** - Excelentíssimo Sr. Deputado Walter Feldman, em nome de quem cumprimento os demais Integrantes da Mesa e os presentes.

Eu gostaria de parabenizar a Casa, o Sr. Deputado Nelson Pellegrino e o Sr. Deputado Walter Feldman pela iniciativa de trazer essa temática à discussão, tão importante para amadurecermos as ideias a respeito do tema. Posteriormente, falar das necessidades de encaminhamento a respeito do tema tratado, mais especificamente quanto às legislações em discussão na Câmara a respeito do terrorismo internacional.

Tenho uma apresentação em Power Point. Poderia coloca-lo no painel? Ele ajuda a ilustrar e a tornar mais rápida a palestra. *(Pausa.)* Perfeito.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Vou falar basicamente de quatro pontos, quais são: o histórico da Secretaria Extraordinária para Grandes Eventos, que, como o próprio nome diz, é extraordinária. Ela foi criada em 2011, por meio de um decreto, e o seu fim está previsto para 2017; depois, vou abordar o planejamento estratégico; o histórico de outros países que foram sede de grandes eventos; e as ações da SESGE já em andamento.

A legislação que deu início à SESGE foi o Decreto nº 7.538, que, em seu art. 38, prevê que a Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos terá quatro objetivos, os quais enumerei: planejar, definir, coordenar, implementar, acompanhar e avaliar as ações de segurança para os grandes eventos. Este é fundamental; promover a integração entre os órgãos de segurança pública federais,



estaduais, distritais e municipais envolvidos com a segurança dos grandes eventos. A segurança pública no Brasil é dividida em diversos órgãos pela União, pelos Estados e pelos Municípios. Então, é fundamental que, nessa experiência pela qual o País vai passar, haja um agente para coordenar e articular a integração entre essas forças. Como não temos experiência em grandes eventos, não tínhamos também essa atuação conjunta muito bem formulada. Então a Secretaria vem atender a essa falta que existia; articular com órgãos e entidades governamentais e não governamentais — aí eu exemplifico o COL e a FIFA, no caso da Copa do Mundo — a segurança dentro dos estádios, porque o evento é privado, será exclusiva do organizador do evento, a FIFA. As forças de segurança vão estar lá para prestarem segurança pública fora do evento. É claro que, numa necessidade, elas intervirão — e tomara que não necessite —; estimular e propor aos órgãos federais, estaduais, distritais e municipais a elaboração de planos e programas integrados de segurança pública, objetivando a prevenção e repressão da violência e da criminalidade durante a realização dos grandes eventos. Significa o quê: cada agente vai atuar na sua área de atribuição; vai atuar, legalmente, dentro da sua área, e a Secretaria vai fomentar isso para que, integradamente, esses órgãos possam atuar.

Esse é um quadro exemplificativo, não exaustivo, a respeito de todas as forças envolvidas na questão da segurança pública.

Eu gostaria de ressaltar que a segurança pública está dividida em três eixos: a defesa, por meio do Ministério da Defesa; a inteligência, por meio da ABIN; e a segurança pública — aí entra a SESGE, que conversará com todos os entes, com defesa e, inclusive, com a ABIN, e mais estreitamente com órgãos de segurança pública ou que participarão da segurança pública — um exemplo disso é a Receita Federal, que atua, que participa nas fronteiras — embora não seja um órgão de segurança pública propriamente dito.

O planejamento estratégico da SESGE objetiva uma visão compartilhada da segurança, por quê? Porque, com os recursos que temos disponíveis, a melhor maneira de otimizá-los é com organização e com atuação compartilhada. No caso de haver incapacidade de resposta a uma ameaça, pela desorganização, isso



resultaria numa falha muito severa da segurança pública. Então, a organização e a atuação conjunta é fundamental para evitarmos esse tipo de situação.

A forma de atuar da SESGE: ela não vai tentar criar nem inventar nenhuma forma nova de atuar, mas vai organizar as entidades, os órgãos de segurança pública para que cada um na sua área possa, especificamente, atuar naquilo que conhece. Ela vai promover, sim, o fomento do reaparelhamento ou da capacitação desses órgãos naquilo que eles ainda têm necessidade.

Apenas para ilustrar a experiência de outros países em grandes eventos — é bem recente isso, para não ser cansativo —, a África do Sul, que sediou a última Copa do Mundo, em 2010, experimentou muita coisa semelhante ao que estamos experimentando no Brasil, que é uma escalada na questão dos protestos durante o evento, ou no período logo anterior ao evento. No caso deles, em razão de melhorias sociais, pela questão do contraste dos investimentos feitos no evento, e da falta de alguns investimentos, que entendia a população, em questões sociais. É, de alguma forma, parecido ao que vivemos aqui. Por que isso é importante para o tema? Porque esses eventos podem mascarar a atuação de grupos terroristas. O Brasil efetivamente não é um “alvo terrorista” — entre aspas —, mas o evento é uma vitrine. E o evento com as manifestações públicas pode ajudar a mascarar essas atuações de grupos terroristas. Então, as inteligências, enfim, os órgãos de segurança pública vão atuar e coordenar-se entre si para que as informações sobre esses fatos possam correr o mais rápido possível.

Outro aspecto, falando ainda da África do Sul, foi fato, muito divulgado pela imprensa, de eles barrarem alguns torcedores argentinos, identificados como torcidas organizadas — as barra bravas ou alguma coisa assim. Essa foi uma ação de prevenção, mostra a inteligência agindo, a informação fluindo, internacionalmente, para que não se causasse mais problemas no desenrolar da competição. Essa é uma expertise que também estamos procurando ter, ou seja, conversarmos com os organismos internacionais, termos órgãos específicos para isso, para carreamos as informações necessárias de quem está vindo para o País.

Londres, capital da Inglaterra, sede dos últimos jogos olímpicos, por uma questão de uma política internacional e da postura do país, já havia sido alvo de ataques terroristas em 2005, mesmo ano em que foram escolhidos como sede dos



jogos de 2012. Desde lá, em razão dessa situação toda, eles fizeram um trabalho bem específico em relação ao terrorismo. Houve uma série de mudanças legislativas no sentido de agilizar a aplicação da justiça, evitando tanto as questões terroristas como também as questões das manifestações. Não houve atos terroristas, mas alguns atos de paralisação que antecederam os jogos. Durante os jogos, houve um grupo de ciclistas-manifestantes que invadiram o parque olímpico. Os 100 ciclistas foram presos, mas seguindo uma característica inglesa. Enfim, a agilidade, que eles promoveram com as leis para atuar naquelas situações, possibilitou que isso não tivesse tamanho maior. Isso impacta-nos em que ponto? É importante para nós na questão das legislações que temos ainda em discussão. É importante a gente tentar amadurecer as ideias e agilizar o andamento dessas legislações para poder fazer uso dos grandes eventos que se aproximam, estão logo ali.

Só para exemplificar, aqui, bem na área de terrorismo — está como distúrbios civis, ali, porque, como eu já tinha falado antes, as coisas podem se confundir e as áreas são conexas nesse sentido —, a atuação da Secretaria, a gente procurando proporcionar, dentro da necessidade dos órgãos, a capacitação dos seus servidores, é no sentido de promover diversos cursos na área de uso diferenciado da força e tecnologia de menor potencial ofensivo, divididos em mais de 100 edições, prevendo capacitar quase 3 mil profissionais. Na área de inteligência, são já 36 cursos, 97 edições. A previsão é capacitar 3.179 profissionais para atuação na área de inteligência e na coleta das informações, tão importantes para a prevenção. O que fundamentalmente a gente precisa fazer é inteligência, para poder evitar o acontecimento, o.k.?

Na questão dos estudos civis ainda há muitos investimentos em equipamentos: equipamentos não letais; imageadores aéreos; delegacias móveis; fundamentalmente, centros integrados de comando e controle, que vão concentrar os órgãos de segurança pública dos locais-sede e proporcionar que haja uma atuação conjunta. Que a informação flua de maneira rápida, que a atuação da força competente seja imediata e coordenada com as outras; que todos possam ali se ajudar e atuar de uma forma mais objetiva. O total investido só na área de equipamentos ultrapassa os 720 milhões, que fundamentalmente não é um valor grande, principalmente se pensarmos que ele vai ser dividido entre as forças, é um



legado que vai ficar para uso das forças de segurança pública. Não são patrimônios da SESGE. A SESGE, como eu falei, extingue-se em 2017, e todo esse investimento é já focado na utilização pelas forças de segurança e, depois, na utilização deles no seu trabalho corriqueiro.

Tentei acelerar ao máximo a palestra para ajudar. Em nome da Secretaria, eu gostaria de agradecer a oportunidade e, de novo, parabenizar a Comissão por trazer a temática à discussão. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Eu gostaria de agradecer ao Dr. Alessandro Jacondino de Campos, que coordena a área de inteligência da Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, por sua grande contribuição.

Passo agora a palavra ao Sr. Marcelo Suano, que disporá também de seu tempo regimental.

**O SR. MARCELO SUANO** - Boa tarde, senhoras e senhores.

Inicialmente, eu gostaria de agradecê-los pelo convite, que muito me honra. Esta é uma possibilidade de contribuir com a história do País. Queira ou não queira, qualquer reflexão que se faça, que influencie, que auxilie ou que traga algum elemento que possa levar a uma reflexão mais aprofundada sobre um tema como este, de certa forma não se está apenas lendo a história, mas fazendo parte dela.

Por isso, para mim, muito me honra. Agradeço a gentileza ao Deputado Nelson Pellegrino e ao Deputado Walter Feldman, a quem eu cumprimento. Cumprimentando-os, também cumprimento as demais autoridades aqui presentes.

Quando me convidaram para este evento, a minha primeira preocupação diante do tema era sobre grandes eventos e terrorismo. O problema que se colocava logicamente diante de mim era: se há grandes eventos no Brasil, o terrorismo é possível aqui? A possibilidade existe, porque o terrorismo é um fenômeno concreto, na realidade internacional, e o Brasil está inserido no contexto internacional. Então, existe essa possibilidade. A questão não está em responder em termos de possibilidade, mas de probabilidade que isso ocorra aqui. Nós estamos sempre acompanhando, pelo Centro de Estratégia, Inteligência e Relações Internacionais — e já existe um grupo que acompanhamos há um certo tempo, pelos fatos e fenômenos internacionais que estão acontecendo — a probabilidade de terrorismo



diante não de uma fórmula, mas da maneira de equacionar ou entender o problema. A probabilidade pode ser medida em função de alguns elementos. Sobre isso, nós podemos dizer que a probabilidade é menor de acontecer em função do quê: o nível menor de que o país tenha contenciosos internacionais. Esse é o primeiro ponto.

Por que falar em projeção de poder, não entendida a projeção de poder apenas como a defesa dos interesses deste País no cenário internacional? Digamos entendida a defesa desses interesses chegada a uma extremidade lógica do uso da força, se necessário for, ou seja, interesses que são essenciais e que começam se espalhar, começam a se espalhar pelo contexto internacional, ao ponto de torná-lo foco de alguma atividade ou contraposição de qualquer grupo, sociedade, Estado ou governo.

A probabilidade também é menor à medida que este País tem menos interferência nos assuntos domésticos de outros países. Por quê? Porque isso o coloca como um país que pode se tornar foco internacional de represálias, e é preciso levar em consideração também a amplitude do evento. A amplitude do evento traria para o foco de análise o fato de trazer outros atores internacionais que estariam inseridos nas três avaliações anteriores. Nesse sentido, eventos do nível de uma Copa do Mundo, de uma Olimpíada, trazem certa probabilidade média, no mínimo, de que o Brasil esteja sendo foco de terrorismo internacional, e deve-se levar em consideração outro fator: a probabilidade de ocorrer um atentado ou um fenômeno terrorista no Brasil também é menor ou maior em função do grau de segurança que este País tem, entendida a segurança como capacidade de interpretar, identificar, entender um fenômeno e responder a ele. Ora, se maior a segurança, menor a probabilidade, porque se atuaria na perspectiva de quase uma estratégia dissuasória.

Isso significa que, se olharmos inicialmente para o Brasil, nós teríamos, sim, uma certa probabilidade, e por uma razão simples. Observamos que o Brasil, dentro do contexto internacional, é um país pacífico, um país que se apresenta como mediador ou que busca ser um mediador internacional; que nós não temos contenciosos significativos, quase nenhum contencioso relevante no cenário internacional; que nós temos um corpo diplomático respeitado internacionalmente pelo seu quadro técnico e que temos uma tradição pacifista ou tradição pacificadora.



Por tudo isso, nós não seríamos foco. No entanto, o evento em si traria atores que são, em si, focos, o que colocaria para nós o problema da nossa vulnerabilidade em termos de segurança. Aí, ficaria a seguinte questão: quando se fala em vulnerabilidade em termos de segurança, o que deveria ser trazido à tona seria o grau — os quadros que nós teríamos: se nossos quadros estão suficientemente preparados; se haveria recursos materiais e financeiros, porque a questão da segurança não se resumiria apenas na existência de quadros e equipamentos, mas ela também teria que ser interpretada em função da existência de uma doutrina capaz de articular todos os demais segmentos, tal qual foi apresentado aqui, e na quantidade de órgãos.

Há uma doutrina de combate a uma ameaça específica que nós denominaríamos de terrorismo? Essa é uma questão que precisa ser posta. E em função disso, se nós temos uma doutrina, nós temos um quadro técnico e nós temos recursos materiais, equipamentos, nós necessitaríamos de treinamento, o que se mede, imediatamente, com recursos financeiros.

Esse talvez seja um primeiro ponto a se trazer à tona quando se faz a pergunta sobre a possibilidade transformada em probabilidade de um ataque terrorista no Brasil. Quando se observam esses elementos, uma reflexão sequencial seria: perfeito, nós identificamos que o Brasil não é um país-foco, mas terá um evento que trará atores que são focos de terrorismo, de atos terroristas. Logo, o problema todo seria a configuração do que é terrorismo, praticamente voltando às questões que estão sendo trazidas até agora — e eu não vou ser repetitivo, mas vou tentar trazer uma contribuição que, para mim, parece relevante.

Está sendo feito um debate muito intenso — é uma perspectiva pessoal, e parabeno humildemente, como cidadão, a Câmara dos Deputados e o Senado, o Congresso Nacional, por estar buscando uma tipificação do crime ou do conceito de terrorismo para nós. E por duas razões.

A primeira, porque o Legislativo é essencialmente a Casa da Democracia: é aqui que se representa a totalidade da sociedade.

A segunda, porque o fato de se buscar a tipificação do crime, ou do ato, ou do conceito de terrorismo vai permitir resolver dois problemas práticos. O primeiro é o jurídico, que não se trata apenas de punir, mas de conseguir caracterizar algo, para



que todos os agentes, todos os instrumentos e todos os atores que estejam atuando possam identificar com clareza e estar juridicamente respaldados e assim fortalecer as instituições. O agente que age tendo o respaldo da lei sabe que também ele é uma instituição, e a instituição sai fortalecida. Por isso, cabe parabenizar esse tipo de atitude.

Aí vem minha tentativa de contribuir de alguma forma com a questão que está sendo debatida a respeito da tipificação do que seria terrorismo. Preocupa-me um pouco que se tente restringir a definição de terrorismo apenas ao seu conteúdo nacional, e eu vou tentar explicar por quê.

Num determinado momento da história, e no processo evolutivo das interpretações, fez-se uma primeira distinção entre terror e terrorismo, na tentativa de caracterizar o terror como ato do Estado contra uma sociedade, para justificar ou explicar o desespero de grupos que utilizavam uma tática terrorista para responder ao Estado, que era um Estado que usava a tática do terror para massacrar sua sociedade. Daí terem defendido, durante muito tempo, o terrorismo político. E diziam que o terrorismo político acabou se caracterizando como instrumento válido para certas sociedades, em determinados momentos da história.

O que ocorreu? Ficou-se preso a esse debate, descaracterizando ou desconsiderando uma questão que é: hoje, o terrorismo já não tem mais essa configuração política, exceto se se interpretar a política como uma luta ou uma tentativa de ascender ao poder para impor uma determinada visão de mundo sobre o outro — por instrumentos violentos. E, aí, eu faço uma referência ao Hussein: realmente, talvez o mais válido seja encontrar uma tipificação genérica que busque o método usado, e não a razão, que pode ser uma razão ideológica qualquer, porque o método e o resultado de se impor por intermédio da violência, sendo a violência o instrumento para obrigar o outro a seguir um determinado comportamento, é o que se torna o caracterizador do terrorismo.

Mas, aí, há um dado que é a minha crítica, quando eu falo da questão de buscar apenas os conteúdos históricos nacionais. Se o terrorismo deixou de ser algo exclusivamente interno, como uma resposta da violência contra a violência, se hoje ele tem um caráter de transnacionalidade, não é possível combater o terrorismo sem cooperação internacional. E, nesse aspecto, é necessário que a tipificação do crime,





do ato, e a conceituação do fenômeno tenham que levar em consideração a legislação internacional e o debate internacional, para que haja a possibilidade de conexão, de cooperação e de treinamento de uma comunidade internacional — que poderá combater esse crime. E o Brasil ficaria inserido num patamar superior nessa comunidade, porque ele não seria um impedimento por uma legislação exclusivamente sua para que uma coordenação internacional pudesse frear o crime. Isso é essencial para que se possa fazer um trabalho sobre o terrorismo e sua tipificação neste momento.

É curioso que, quando se tenta retornar à questão do terrorismo no Brasil, ou à questão de se é possível um ato terrorista no Brasil... Eu observei a estrutura, o planejamento estratégico que está em pauta e que está sendo debatido, e vi que há três eixos determinados: o eixo externo, o eixo de proteção de aeroportos, portos e fronteiras, e o eixo interno, que seria basicamente a segurança interna. O eixo externo é praticamente definido como o combate aos crimes internacionais, mas não ao terrorismo, que estaria tipificado e seria combatido na proteção de fronteiras, portos e aeroportos. E aí eu vou tentar trazer outra contribuição, que é um debate que tem sido realizado na teoria das relações internacionais há um certo tempo, e algumas pessoas usam e outras não.

Alguns intérpretes das relações internacionais identificam que no processo histórico ocorreu a emergência de vários tipos de atores negociando nas relações internacionais. Até um passado muito recente, o ator principal, talvez o único, era o Estado ou a unidade política. Na medida em que houve maior conexão, maior globalização da cadeia produtiva, outros tipos de atores passaram a ter autonomia para negociar, independentemente das unidades políticas ou da razão que seu Estado ou Governo estabelecesse.

Daí haver as corporações internacionais, as organizações não governamentais internacionais, os organismos internacionais, as unidades políticas. E há ainda um tipo de ator que alguns dizem ser ilícito e de que eu, particularmente, não gosto, porque ele não fala da realidade como um todo. Outros intérpretes o definem como ator difuso. O que são os atores difusos? O crime organizado, o narcotráfico e o terrorismo. E por que difuso? Por uma razão simples: porque eles atuam com autonomia, mas não atuam com o seu corpo próprio; eles atuam



travestidos dos corpos dos demais tipos de atores, de uma forma tal que esses atores difusos, muitas vezes, se apresentam travestidos como corporações — no caso empresas —, como organizações não governamentais ou como Estados. Daí a justificativa norte-americana há certo tempo de falar que existem Estados terroristas por serem financiadores do terrorismo — segundo a definição norte-americana, que pode estar errada, mas está dentro de um escopo de defesa teórica.

Verificando esses tipos de ator, os atores difusos, e vendo o terrorismo como um tipo de ator, você consegue separar o crime organizado do terrorismo e do narcotráfico, porque narcotráfico e crime organizado teriam por mote, por intenção, o lucro econômico imediato para aquele grupo, porque esses poderiam ser interpretados ou vistos imediatamente como empresas e atuam estruturalmente como tal, ao contrário do terrorismo, que atuaria basicamente como institutos ou instituições políticas, ou com um mote político.

É curioso que se conseguiria fazer essa distinção. E aí volta a questão do evento no Brasil. Se a teoria está certa e os atores difusos se apresentam travestidos dos corpos dos demais tipos de atores, a nossa vulnerabilidade seria gigantesca, por uma razão simples: se nós reduzirmos o combate ao terrorismo no segundo aspecto, que é o de controle de aeroportos, portos e fronteiras, nós não admitiríamos a possibilidade de que o terrorismo poderia estar atuando no nosso território. O fato relevante é que o terrorismo não age no momento espontâneo. Ele tem uma preparação estratégica, tática, de treinamento, de inserção na cultura, para que possa atuar de forma plena. Se nós não considerarmos isso, traríamos uma vulnerabilidade muito grande, e talvez esse seja um problema que eu identifiquei.

O que nós percebemos quando lemos os projetos de leis e quando lemos, principalmente, sobre a atuação dos nossos organismos de segurança, é que os quadros técnicos são excepcionais e formados por homens que estudam, trabalham, treinam, mas não há recursos suficientes. Além disso, a doutrina ainda não está constituída. Como a doutrina ainda não está constituída, existe uma desarticulação geral entre os órgãos, que ainda estão pensando com o cérebro próprio, o que pode causar situações como — é óbvio que ali se tratou de um pequeno erro — a do Papa, quando se tomou um caminho errado. Aquilo foi um detalhe, mas, na perspectiva de um evento de grandes proporções e de alguém que estivesse



estudando a realidade brasileira para aproveitar o momento e, para um efeito propagandístico, cometer um ato terrorista, poderia ter ocasionado uma grande tragédia, levando-se em consideração que, por ocasião da visita do Papa, teria dimensão menor do que por ocasião de uma Copa do Mundo, dada a amplitude do espaço e do tempo e dado o fato de que ali não haveria tantos atores que pudessem ser foco de terrorismo internacional no nosso território, até mesmo pelo fato de o Papa ser uma figura agradável — pelo menos até o momento, todos o tomam como uma figura extremamente agradável e um homem que tem trazido certa esperança e certa expectativa.

Por isso, ali não havia muito problema. Assim, não houve grande repercussão, mas trouxe um susto e uma demonstração, talvez, desse gaguejar, dessa desarticulação imediata. Esse é um fato que nos traz preocupação, bem como para os analistas, para os observadores e para alguns cidadãos.

Eu tenho a impressão de que meu tempo já está esgotado, mas, para concluir, trazendo a questão de nós sermos vulneráveis, eu diria que existe, sim, vulnerabilidade, por um dado simples. Infelizmente, talvez seja um traço cultural brasileiro tentar resolver os problemas na emergência. Talvez, quando nós tivermos a capacidade e a doutrina e todos estiverem preparados, os eventos já terão passado, e talvez estejamos diante da seguinte realidade: o Brasil conseguirá solucionar os problemas? Eu creio que sim, pela capacidade técnica dos nossos quadros. Eu creio que sim, pelo esforço coletivo que se faz. Eu creio que sim, pelo fato de nós termos certa sorte dada por Deus — talvez seja isso; parece que Deus sorriu um pouco para o Brasil.

Ao passar o evento, no entanto, é que nós estaremos realmente preparados para o evento, e ficaremos quase numa situação circular: nós nos preparamos para o evento e, quando o evento ocorre, nós não estamos preparados para ele, nós nos preparamos depois. E talvez venha outra característica da cultura brasileira: passar a desconsiderar a necessidade de dar continuidade a questões como estas, quando o problema já está resolvido, tomando-se como ponto de partida que o problema é garantir a segurança de um megaevento. Talvez a questão essencial — este precisa ser o nosso principal investimento — deva ser criar uma cultura brasileira de



segurança com cidadania. Esse é um ponto com o qual nós temos que nos preocupar.

Como equacionar o problema de que nós teríamos que manter este comportamento, este treinamento, esta cultura e estes investimentos especialmente em inteligência? Quanto à inteligência, nós brincamos no CEIRI, dizendo que um país que investe em inteligência é um país curiosamente inteligente, por uma razão muito simples: ou ele nunca vai precisar fazer a guerra ou, se ele o fizer, ele poderá ganhá-la sem disparar um tiro, porque ele conseguirá antecipar as ações.

A inteligência não é a busca de informações para entender as causas de um fato ocorrido. É a busca de informações para antever fatos futuros, tanto que passa os dados que foram coletados, as informações que foram transformadas em inteligência, para o tomador de decisão escolher a melhor estratégia, agora que ele tem cenários prospectivos.

Portanto, é esta cultura de inteligência que tem de ser criada, na minha perspectiva, no Brasil, com mais investimentos, sim, com mais formação de quadros, mais treinamento e mais equipamentos. Se nós tivéssemos mais equipamentos, talvez nós tivéssemos negociado melhor com os Estados Unidos, diante do fato que ocorreu muito recentemente, porque isso é um passado que vem de, pelo menos, 10 ou 15 anos, ou seja, não é recente.

Dessa forma, nós deveríamos fazer mais investimentos em equipamentos, mais investimentos em quadros e treinamento constante. Esta é a cultura que nós temos que promover. Como fazer isso, respeitando a cidadania numa sociedade democrática, não é tão complicado na realidade contemporânea, porque hoje o brasileiro já tem a consciência democrática, por isso não haveria nenhum problema diante de se encarar melhor os seus quadros de inteligência. Ele não tem mais esse problema, porque já sabe dessa necessidade.

Eu encerro a minha participação, até para não avançar e não retirar a palestra dos demais participantes. Agradeço a gentileza e espero ter contribuído de alguma forma com a reflexão dos que aqui estão presentes. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Contribuiu muito, Dr. Marcelo Suano, muito agradecido. V.Sa. fez uma exposição muito provocativa e de muita consistência.



Eu chamo para uma contribuição semelhante o Sr. Luiz Alberto Sallaberry, Diretor de Contraterrorismo da Agência Brasileira de Inteligência — ABIN.

**O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY** - Boa tarde a todos! Deputado Walter Feldman, primeiro, as minhas palavras são de agradecimento, por parte da Agência Brasileira de Inteligência, de poder voltar a esta Casa no curto período em que estamos à frente da unidade de prevenção ao terrorismo na Agência.

*(Segue-se exibição de imagens.)*

Estamos completando agora 18 meses, 1 ano e meio, e estamos tentando implementar uma nova filosofia de trabalho. Por quê? Porque nosso cenário, de 500 anos para cá, modificou-se profundamente a partir de janeiro do ano passado. Para ser mais específico, a partir de meados do ano passado. E essa temática é uma temática que se modificou aqui. O Marcelo Suano foi muito feliz em todas as palavras dele, e eu vou me socorrer dessa parte teórica para fundamentar toda a nossa apresentação, porque eu concordei integralmente com a fala dele.

**O SR. MARCELO SUANO** - Muito obrigado!

**O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY** - Exceto em uma questão específica. *(Risos.)*

**O SR. MARCELO SUANO** - A única importante. *(Risos.)*

**O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY** - Negativo. Todas foram muito bem colocadas, muito pertinentes e muito adequadas, inclusive para fundamentar o que vou falar, porque não vou falar de teoria. A Agência é uma agência que lida com o mundo real, com as coisas que estão acontecendo hoje e que podem acontecer. E eu fiquei mais preocupado do que eu já estava, porque vi que ele, que é um homem que lida com as teorias, não conseguiu dar um valor para essa probabilidade, que eu também ainda não consegui, mas estou absolutamente seguro de que a probabilidade de um evento desse ocorrer em nosso território é muito maior do que ocorreu nos primeiros 500 anos deste País, desde o descobrimento.

Então, a única coisa que eu discordo dele é quanto ao *deadline* que ele colocou, do ponto de vista de todo esse esforço que a sociedade deve fazer em



torno da temática, como colocando esse *deadline* nos Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016.

O nosso País é um país imenso, lindo, com vários atrativos turísticos. E por que o Brasil até hoje não integrou efetivamente o rol, o eixo de grandes eventos internacionais? A gente sempre entende que grandes eventos estão ligados a grandes eventos esportivos. Mas não é assim.

A África do Sul, que é um país também lindíssimo, com grandes atrativos — perdoem-me se houver aqui alguém da Embaixada da África do Sul, mas eu considero o nosso País com mais atrativos turísticos do que a África do Sul —, para os senhores terem uma ideia da grandeza desse país, que tem índices de criminalidade infinitamente superiores ao nosso País, ele hospeda em média, por ano, 46 grandes eventos internacionais. Mas como? Ele tem índices de criminalidade infinitamente superiores ao nosso, em várias modalidades, hospeda, repito, em média, 46 grandes eventos por ano. Esses grandes eventos, que não são só eventos esportivos, geram todo tipo de massa favorável às suas sociedades, em todos os níveis. Portanto, quem caminhar pela Capital da África do Sul vai ver uma cidade lindíssima, muito bem preparada, com uma infraestrutura muito apropriada para receber todo tipo de pessoa e de evento que possa ser realizado naquela cidade.

Então, o que eu penso? O Brasil está tendo da comunidade internacional, nesses 5 anos, que se iniciaram em janeiro do ano passado, a grande oportunidade de mostrar ao mundo que nós sabemos lidar com a principal ameaça para que esses grandes eventos sejam hospedados em qualquer país, que é o terrorismo.

As delegações estrangeiras não estão preocupadas se nós vamos ter capacidade de lidar bem com o crime organizado, porque temos essa capacidade. A nossa cultura é de os homens colocarem a carteira no bolso da frente e as mulheres a bolsa para frente quando andam em um lugar que não conhecem. Mas alguém tem medo de passar ao lado de um cesto de lixo? Ninguém tem medo de passar ao lado de um cesto de lixo. A nossa sociedade não está suficientemente preparada para isso, felizmente, porque esta não é uma realidade de nosso País. Mas, intermitentemente, nós vamos ter aqui dentro delegações e pessoas que são alvo dessas organizações, mais ainda, vamos ter aquilo que não conhecemos, como



Marcelo colocou muito adequadamente, vamos entender que a ameaça não é a ameaça do terrorismo tradicional. Não é isso o que deve estar hoje no rol das preocupações principais nossa, é aquilo que não conhecemos e que está aqui dentro. E um ato ou uma ação dessa natureza não é gerada espontaneamente, ela é planejada durante muitos anos. Então, qualquer esforço que pudesse estar começando agora seria muito pouco produtivo, mas, felizmente, as nossas instituições, as nossas pessoas, os nossos abnegados técnicos, que somos todos nós, já lidamos com essa temática há cerca de 20 anos neste País, e entendemos esta realidade.

Estamos muito felizes com seu discurso, Deputado, que trouxe que o Congresso Nacional terá talvez uma proposta, neste ano ou no início do ano que vem, para a tipificação, com todas as dificuldades que nós temos em relação à tipificação, quando V.Exa. fez a abertura dos trabalhos, especialmente sobre os movimentos sociais. Então, nós não estamos aqui pensando em uma tipificação que vá criminalizar ações legítimas dentro do Estado Democrático de Direito. Não é nada disso! Nós não estamos falando de *black blocs*, não estamos falando de ações de movimentos sociais. Essas são, até onde a lei considera legítima, legítimas dentro do estamento democrático. E se ultrapassarem o que está previsto no estamento democrático, os crimes comuns, em tese, não é aí que nós temos a nossa preocupação principal.

Bem, mas nós só temos 20 minutos. Esse tema deveria ter um segundo dia de debate, tal a sua importância para a sociedade, para os nossos filhos e para os nossos netos.

A presença neste salão mostra como o Brasil está despreparado para tratar da temática. Era para termos aqui todas as cadeiras lotadas e mais fileiras de cadeiras, para se debater um tema que é fundamental para a minha geração, mas, muito mais, para a geração dos meus filhos e dos meus netos. E a gente vê o claro em várias dessas poltronas. Então, quanto mais este debate for trazido a esta Casa, parece-me que mais saudável será para o nosso País, para a nossa sociedade.

Precisamos entender o seguinte: a atividade preventiva, que é a que a Agência Brasileira de Inteligência desenvolve prioritariamente, não é uma atividade autárquica. Ela, necessariamente, precisa do engajamento de todos que estão aqui



presentes, da iniciativa privada, do cidadão comum, do Congresso Nacional, dos órgãos do Executivo, da iniciativa privada, das Forças Armadas, de todos os entes que formam uma sociedade, para que nós tenhamos sucesso. Se houver um evento, nós perdemos como País. Se houver um evento, durante os nossos grandes eventos, muitos interesses estratégicos pós-2016, que poderiam colocar o Brasil no eixo de grandes eventos, irão pelo ralo, porque vai mostrar que nós fomos incapazes de lidar bem com a principal preocupação: garantir a segurança das delegações e autoridades estrangeiras e da nossa população no entorno de onde estão sendo realizados esses grandes eventos.

Então, a única coisa que eu digo é que não é o fim. Na avaliação que nós fazemos na ABIN, os seis grandes eventos que nós hospedamos cancelarão ou não o Brasil a entrar no eixo de grandes eventos a partir de 2016, ou seja, todo investimento que nós vamos fazer agora vai estar maduro para ser utilizado intensivamente a partir de 2016.

Isso aí é um pouco do que nós estamos conversando aqui sobre o trabalho da ABIN. A ABIN trabalha um conjunto de questões que são de interesse do Estado brasileiro. Tem como objetivo principal assessorar o mais alto escalão do processo decisório nacional, com prioridade para a nossa mandatária. E um dos temas de acompanhamento é o terrorismo. Como eu disse às senhoras e aos senhores, nessa temática nós só teremos sucesso se todos estivermos efetivamente engajados nesse processo.

Qual é a consequência disso? É aquilo que foi mencionado pelo nosso anfitrião, durante a Mesa, e pelo meu Ministro: entre os órgãos que atuam nessa temática e os que integram o Sistema Brasileiro de Inteligência — são mais de 30 órgãos, envolvendo 15 Ministérios — deve haver um trabalho absolutamente coordenado e com o foco principal, sim, de antever, porque se houver, insisto, um evento em nosso País, o reflexo não vai ser como o de Boston. Os senhores podem ter certeza absoluta de que os prejuízos serão infinitamente superiores a interesses estratégicos do nosso País.

Bem, isso é para mostrar aos senhores um pouco como nós trabalhamos. Para atender àquele rol de questões especiais, nós dividimos o nosso trabalho em vários cenários. E nosso ambiente operacional se desenvolve dessa forma. Aqui,





numa atuação local, nós fixamos apenas o Rio de Janeiro, como um exemplo, mas, na prática, para a Copa do Mundo, nós vamos trabalhar com presença firme nas 12 cidades-sede e nos outros 14 Estados da Federação.

Eu quero dizer o seguinte para os senhores: se houver alguma coisa sendo planejada — e nós não sabemos o nível de probabilidade, mas sabemos que ela existe —, isso que está sendo planejado não está no eixo principal de realização dos grandes eventos. Não está. Isso estará sendo planejado para fora, para os locais do nosso País onde os holofotes da inteligência e da segurança não estão direcionados. É ali que é o esforço prioritário. Então, por isso é absolutamente importante que a gente tenha um nível de coordenação nacional e mesmo internacional. O esforço coletivo de todas as nossas organizações — pessoas, sociedade, instituições no Brasil e nossa parceria com o restante do mundo — é que vai nos dar uma capacidade melhor de antever alguma coisa que a gente não conhece. E é aí onde está a principal ameaça para o nosso País, não é onde a gente conhece.

As organizações terroristas formais já são hoje de grande conhecimento da inteligência internacional. Então, nós temos informações muito, muito valiosas e precisas sobre isso — o que nós vamos ver um pouco mais à frente. Mas o que nós não conhecemos e que chamamos e definimos de algo sem cara, é onde está a principal ameaça. E nós temos trabalhado intensivamente com os dois principais entes ligados a essa questão dos grandes eventos, que são o Ministério da Defesa e o Ministério da Justiça, mais diretamente a Brigada Antiterror de Goiânia e a DAT, do Departamento de Polícia Federal, no sentido de encontrar a melhor forma de lidar com alguma coisa que não conhecemos. Mas esse é o nosso esforço e deve ser a nossa criatividade principal.

Então, aqui nós temos definido como nós vamos trabalhar, em que linha, em que eixo principal nós vamos trabalhar. Eu não vou entrar em detalhes, porque em 20 minutos nós não conseguiríamos falar sobre tudo o que temos aqui.

Para viabilizar aquele tipo de trabalho, nós temos que trabalhar com mecanismos concretos. Então, nós desenvolvemos uma ferramenta, uma metodologia baseada em análise de risco. E, com essa ferramenta, nós definimos as áreas prioritárias de ação nas quais a atividade preventiva ao terrorismo deve



concentrar as suas prioridades. Nós fazemos isso internamente e distribuimos esse tipo de ferramenta, de produto, para alguns entes públicos nas esferas federal, estadual e municipal. Desenvolvemos também, desde a Rio+20 até a Jornada Mundial da Juventude, algumas ações importantes — e nós citamos algumas ali.

Exercícios simulados. Acabamos de fazer um envolvendo a Brigada, a DAT e a Polícia Civil daqui, do Distrito Federal. Simulamos algumas ações reais, concretas, no teatro de operações de Brasília, para que nós soubéssemos quais seriam as dificuldades, no caso de tentarmos trabalhar preventivamente, para evitar que um evento desses pudesse acontecer. Foi um sucesso muito grande. Mostrou como nós temos dificuldades em trabalhar juntos. Por quê? Porque não conhecemos profundamente a temática. Mas avançamos dentro do processo.

Palestra de sensibilização. Conversamos com vários setores do Brasil inteiro — hotéis, receptivos — para saber como eles poderiam nos ajudar, com a capilaridade que têm, a trazer qualquer tipo de informação que pudéssemos interpretar melhor, analisando se aquilo é efetivamente uma possibilidade de ato ou se pode ser descartado para uma área de crime comum, por exemplo.

Orientações de segurança ao setor privado. Trabalhos conjuntos. Montamos um protocolo também para definir o que cada órgão faria em caso de sinistro e na área de prevenção. E geramos o sistema eletrônico de coleta e compartilhamento de dados, que é um sistema eletrônico de troca de dados nacionais, envolvendo mais de 500 instituições no Brasil inteiro, para tentar — com dados muito simples, montando um quebra-cabeça, utilizando um *software* de análise de vínculo —, tirar de um somatório de informações de dados, que não têm qualquer relevância na prática, alguma linha mais adequada de pesquisa ou de investigação. É bonito, está longe do ideal, mas nós estamos caminhando, nós não estamos saindo do zero. Precisamos do esforço desta Casa para avançar ainda mais, e muito rapidamente. Como o Deputado colocou, a tipificação é questão a ser resolvida antes da Copa do Mundo.

Criamos o Centro de Inteligência Nacional e 12 centros de inteligência regionais. Muito rapidamente, para os senhores terem uma ideia, o nosso Centro de Inteligência Nacional tem sede aqui em Brasília e aglutina órgãos do Sistema Brasileiro de Inteligência, que é composto de 30 órgãos e 15 Ministérios. Então, o



Sistema tem assento durante o período da realização do evento, de forma ininterrupta, e fica recebendo e gerando informações que são distribuídas para todos os membros.

Criamos também o Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros. Como os senhores vão ver, aqui na frente, a composição desse Centro é baseada nas relações que nós temos em âmbito internacional com serviços de inteligência estrangeiros. Isso que nós estamos mostrando aqui para os senhores é apenas um exemplo dessas relações. Isso que nós estamos mostrando aqui para os senhores é apenas um exemplo dessas relações. Nós temos relações com quase 82 serviços ao redor do mundo. Esses 82 serviços já estão trabalhando conosco, para grandes eventos, há cerca de 10 anos.

Eu disse aos senhores que começar a trabalhar agora é fracassar em qualquer tentativa de sucesso. Então, ampliar o trabalho próximo dos grandes eventos é o que nós estamos fazendo. Mas essa rede internacional e essa geração de dados, com base nessa rede de inter-relacionamento com serviços estrangeiros, são o nosso dia a dia.

Assim, parte desses serviços ficou acreditada dentro do Centro de Inteligência de Serviços Estrangeiros. Se nós precisarmos, instantaneamente, acessar essa base de dados que estão no exterior, nós conseguiremos, via essas pessoas que estão acreditadas no nosso Centro. Então, esse é o contexto geral de trabalho.

Muito rapidamente, vamos tentar individualizar o que nós consideramos hoje que é o real. O que está acontecendo hoje? Nós temos novos fatores de influência no cenário internacional: um, a morte de Bin Laden e a ascensão de Ayman al-Zawahiri. Há necessidade de alguma ação espetacular, por parte deste cidadão, no sentido de dar-lhe maior legitimidade à frente da organização. A organização está num período de baixa? Sim, está num período de baixa. Não quer dizer que não tenha capacidade operacional de realizar um atentado. E tem, reiteradas vezes, mencionado que agora é o momento para que isso ocorra. Não estou dizendo que eles estejam planejando alguma coisa em nosso País. Estou dizendo um dos fatores de influência internacional.

Recrudescimento do xenofobismo na Europa. Nós temos visto que isso tem gerado alguns outros tipos de crime — isso nós vamos deixar para falar no final —



que fogem do contexto ou do conceito normal de terror. O conceito normal de terror está se extrapolando um pouco mais nas discussões internacionais. E é isto que a sociedade brasileira tem que ter e todos nós temos que ter: suficiente maturidade para tentar conversar sobre isso e chegar a um denominador comum, conforme as características do nosso País.

O conflito na Síria também tem acirrado isso; tem feito com que algumas organizações tradicionais mandem mensagens mais claras de que podem efetivamente, como forma de retaliação a uma ação internacional mais efetiva, começar a discutir ou a pensar em algum tipo de ação dessa natureza.

Quanto ao acesso fácil a tecnologias de segurança e de explosivos, via Internet, eu também poderia falar um pouco aqui, mas nós não vamos ter tempo o suficiente. Eu já devo ter esgotado meu tempo, mas o senhor me permita mais uns 5 minutinhos, por favor. Esta é uma oportunidade rara e eu acho que o nosso Brasil merece isso.

Então, qual a consequência que nós enxergamos deste cenário? Existe, sim, uma probabilidade de inauguração de uma nova fase do terror internacional, fortalecendo os radicais e reacendendo sentimentos de retaliação e de vingança. Quer dizer que o nosso País vai ser o alvo? Não sei. Mas o terror não é só paixão. O terror também tem um componente de negócio. O terror tem uma relação custo/benefício para ser executada uma ação. Não se executa uma ação simplesmente por geração espontânea. E hoje, numa relação custo/benefício, a exposição de bilhões de pessoas na mídia, para dois grandes eventos que nós temos na sequência em nosso País, é um grande fator no braço benefício, para que alguma organização ou algum ente solitário, algum alvo sem cara possa vir a tentar executar uma ação dessa natureza.

E em nosso País? Em nosso País, para ser bastante claro, nós temos a realização de grandes eventos. Há uma clara falta de percepção de risco da população, das autoridades, das instituições públicas e privadas sobre o tema. Insisto: este auditório tinha que estar repleto de pessoas, e com cadeiras ao lado, dado a importância que este tema tem para o nosso País. Mas não é da nossa cultura. Insisto: ainda bem. E isto projeta o que, para nós? Maior probabilidade de ocorrência de uma ação terrorista em nosso território.



Senhores, se nós tivermos, nos primeiros 500 anos de descobrimento do Brasil, uma probabilidade perto de zero de acontecer um evento deste em nosso País, e se esta probabilidade, como o Marcelo não conseguiu quantificar, mas, se nós pensarmos que ela passou a ser de 10% só, ela aumentou imediatamente 1.000% em relação ao que existia. Eu não sei quantificar, mas sei dizer que esta probabilidade aumentou por causa dos fatores intrínsecos dos eventos que estão sendo realizados em nosso País. Então nós temos de ter uma responsabilidade individual e coletiva muito grande com a temática, não com paranoia, mas sabendo que vidas humanas, em muitos casos de nossos filhos e nossos netos, estão envolvidas dentro desse processo — não é só de estrangeiro.

Deputado, V.Exa. me desculpe, mas já estamos chegando quase ao final de nossa exposição.

Então, qual é o nosso trabalho mais forte? Nós vamos ter a presença nas 12 cidades-sede e, no Rio de Janeiro, durante as Olimpíadas. A ameaça é difusa — e aí eu me socorro do conceito de difuso dado pelo Marcelo — e os senhores podem colocar para esta ameaça, porque vale tranquilamente.

E o mais importante: a ação de algum agente, seja ele um agente de organizações terroristas formais ou um alvo sem cara, aquele cujo rosto não conhecemos, mas que pode estar dentro do nosso País, hospedado em nosso País, ele, sozinho, não executa uma ação; eu tenho que ter os meios para que esta ação seja executada. Então, o nosso trabalho avalia os alvos, essa ameaça difusa, e os que nós chamamos de setores críticos para a realização desse evento.

Aquelas áreas ali são áreas estratégicas, onde se pode buscar algum tipo de meio para realizar o evento. Então, nós estamos trabalhando intensivamente para diminuir a vulnerabilidade, ao lado direito, dos setores críticos, que é o como fazer, e tentando controlar o mais possível, ao lado esquerdo, os nossos alvos. Como? Com atividades de inteligência. Para nós, senhores, os alvos principais são o que nós chamamos de alvos sem cara, são os alvos que nós não conhecemos, são os alvos que estão aí, que a Internet nos mostra, organizações formais ligadas a crimes de ódio, a crimes de rancor, para dar um exemplo, ligadas a sentimentos antissemitas, antiamericanistas fortíssimos em nosso País.

**(Não identificado)** - Islamofóbicos.



**O SR. LUIZ ALBERTO SANTOS SALLABERRY** - Também islamofóbicos, fortíssimos em nosso País, que precisam ser avaliados com critério, com cuidado, com pragmatismo, para que, com a presença aqui de delegações estrangeiras, isso não se transforme em alguma situação muito crítica para o nosso País. Então é em cima desses alvos que nós estamos trabalhando, em cima do que não conhecemos e do alargamento do conceito de terror, que não é uma característica apenas do nosso País. Esta discussão está sendo feita, Sr. Deputado, em vários países do mundo. E vamos ver como que uma iniciativa como essa pode nos permitir, de alguma forma, apropriarmos-nos de algumas coisas importantes para o nosso País, tendo em mente que 2016, na nossa visão, não é o *deadline*, mas o início de uma nova caminhada do nosso País.

Para terminar, nós gostaríamos de dizer — vou passar isso de vez — que nós temos algumas questões que são absolutamente fundamentais. A primeira é a aprovação da nossa PNI. Eu tive o prazer e a felicidade de, há 3 anos, participar intensivamente, durante um ano e pouco, da elaboração desse texto com várias instituições que estão aqui sentadas. Ela depois veio ao Congresso Nacional, teve importante contribuição dos Srs. Parlamentares e hoje está com a nossa Presidente. E, certamente, no momento adequado, nós teremos essa ferramenta, novos instrumentos e mandatos legais para aumentar a efetividade do trabalho.

Eu não vou aqui abrir o debate sobre várias questões da atividade de inteligência. Estamos prontos para debater com o Congresso em qualquer momento, em qualquer fórum, essas necessidades para a área de inteligência, que vão muito além dos mandatos que temos para podermos reforçar um trabalho de verdade em cima da ação desses alvos sem cara. Uma dotação orçamentária adequada, como já foi colocado aqui pelo Marcelo — também não vou me aprofundar sobre isso, porque já extrapolei o meu tempo —, e uma ampliação na capacidade de recrutamento e de treinamento dos nossos agentes.

Sr. Deputado, mais uma vez, em nome da nossa Agência, eu queria agradecer e pedir imensas desculpas. Mas não é todo dia que nós temos uma oportunidade como esta. Com 18 meses à frente da instituição, temos mais inquietações. Mas nós nos solidarizamos e estamos prontos para, a qualquer momento, ampliar o debate e trazer aos senhores novas inquietações, para ver se,



ao longo do tempo, nós poderemos fazer com que este auditório esteja mais repleto e que a sociedade tenha a plena percepção do que representa uma temática dessa aos interesses estratégicos de nosso País.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Agradecemos ao Dr. Luiz Alberto Sallaberry.

O Deputado Nelson Pellegrino foi muito gentil em conceder um tempo adicional ao Dr. Hussein. Portanto, só me cabia aqui ser complacente com o Dr. Hussein, que está lá... Eu só quero lembrar que sou judeu, e meu maior amigo em São Paulo se chama Hussein. Ele é um grande cardiologista, uma das figuras mais extraordinárias e doces que eu já conheci. Então, Dr. Hussein, muito obrigado também por sua contribuição. Fica aqui a sugestão do Dr. Sallaberry de um novo seminário, um repique, para nós continuarmos com a contribuição extraordinária que esta Mesa, com os três painéis, está oferecendo.

Dr. Sallaberry, tenho participado de alguns seminários e debates nesta Casa, e quero dizer que a presença comparativa é excelente. Desde o início, há uma presença expressiva no plenário, estamos tendo a transmissão *on line*, pela Internet, e seguramente a Câmara e o Senado farão uma grande divulgação dos resultados deste seminário. O Deputado Nelson Pellegrino já autorizou a confecção de um material específico, talvez de um livro que possa contribuir ainda mais para o debate extraordinário e fundamental desta matéria. Até porque não é apenas para os grandes eventos, mas um legado de segurança e de inteligência que vamos deixar para o nosso País.

O Dr. Sallaberry falou sobre uma questão importante, que eu pude acompanhar, em Londres. O Império Britânico imaginava que os Jogos Olímpicos de 2012 poderiam ser a retomada, do ponto de vista da visibilidade, da importância econômica que aquele Império teve para o mundo. Portanto, um pós-evento transforma a sociedade e o país que abriga esse evento num protagonista maior, do ponto de vista econômico, em relação àquilo que já era realizado anteriormente. Então, o senhor tem toda razão. O Brasil terá uma característica diferente, depois da qualidade com que realizaremos os jogos e com que abrigaremos delegações de



todo o mundo, e uma visibilidade planetária através da mídia eletrônica. Por isso agradeço muito a sua contribuição.

Imediatamente passo a palavra ao General de Brigada Júlio Cesar de Arruda, Comandante da Brigada de Operações Especiais do Exército. O General já dirigiu a Academia Militar de Agulhas Negras, principal escola de oficiais do País, e exerceu o cargo de Assessor Militar do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

General, como tenente, bem-vindo.

**O SR. JÚLIO CÉSAR DE ARRUDA** - Deputado, muito obrigado a V.Exa. Mais uma vez, repito, este evento é muito importante, principalmente para nós que, junto com os demais companheiros, estamos diretamente envolvidos. Aqui a gente aprende, troca informações.

Minha fala vai ser um pouco diferente, vou focar mais coisas práticas: como as Forças Armadas, por intermédio do Ministério da Defesa e do Estado Maior, vêm atuando, como estão planejando os eventos futuros. Vou procurar ser bastante sintético, até pelo avançado da hora.

Além de outras legislações, não podemos nos esquecer nunca da nossa Constituição, que repudia o terrorismo, e da Estratégia Nacional de Defesa, recentemente aprovada, que atribui tarefas de combate ao terrorismo ao Ministério da Defesa, ao Gabinete de Segurança Institucional e ao Ministério da Justiça. Eu diria que esses são os três principais atores, lembrando — já foi dito aqui — que é tarefa, é dever de toda a Nação brasileira e de todo o povo brasileiro estarem engajados nisso. Mas esses três entes são os mais diretamente responsáveis por essa tarefa.

Já foi muito dito sobre terrorismo. O ato terrorista pode acontecer nos tempos de paz como também nos tempos de conflito. Foram bastante exploradas as ações do crime organizado, que podem vir a ser enquadradas como ato terrorista. Eu sei, Deputado, que estão tendo muito cuidado, porque as manifestações são legítimas, para, na hora de definir terrorismo, ter muito cuidado com isso, com os distúrbios interiores.





Felizmente nós estamos vivendo num subcontinente sul-americano pacífico. E esses distúrbios, essas guerras civis insurgentes praticamente não existem mais no nosso subcontinente. Isso aí facilita, vamos dizer, o nosso trabalho.

Lembro que as Forças Armadas, principalmente o Comando de Operações Especiais é perito, estuda muito o conflito irregular assimétrico. E também agora, cada vez mais, nós estamos nos debruçando nesse emprego de armas de destruição em massa.

Então, vendo esse amplo espectro da área de atuação do terrorismo, cabe aqui a atuação das Forças Armadas e dos órgãos de segurança pública como vêm ocorrendo. Vou mostrar aqui para todos como nós estamos trabalhando.

A Portaria nº 22, de 9 de junho de 2009, em seu art. 1º, criou, no âmbito do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSIPR), o Núcleo do Centro de Coordenação das Atividades de Prevenção e Combate ao Terrorismo. Esta era a missão deste Centro. Infelizmente, em 2011, foi extinto. Se existisse, facilitaria muito a articulação, a integração e, principalmente, a perenização. Com a extinção deste Núcleo, parte das atividades que aí estão listadas foi passada para nós, para a Polícia Federal, para a ABIN. Então, a nosso ver, foi uma lástima ter ocorrido a extinção deste Núcleo, diretamente subordinado ao GSI, e que, repito, dava continuidade, principalmente, à prevenção e combate ao terrorismo.

Esta é uma portaria normativa do Ministério da Defesa, de agosto de 2012, aí já tratando dos grandes eventos. O Ministério da Defesa, nos grandes eventos, isso já ocorreu na Copa das Confederações. Lembro que a Copa das Confederações para todo o mundo é um grande ensaio visando a Copa do Mundo, e o Ministério da Defesa é responsável, durante os grandes eventos, por essas chamadas dez áreas de atuação. Eu destaco aí a prevenção e combate ao terrorismo.

Juntamente com o Ministério da Justiça, temos as áreas de interesses. Estão ali, à direita, as dez áreas a que eu me referi, atribuídas ao Ministério da Defesa, e aqui, à esquerda, as áreas relativas à segurança pública afetas ao Ministério da Justiça. Então é uma atuação compartilhada que deve ser muito bem coordenada e integrada. Aí está o segredo: coordenação e integração. É isto que, a todo o momento, nós buscamos: coordenação e integração dessas áreas de interesse.



Coube ao Comando de Operações Especiais — destaque ali em vermelho — a defesa contra os agentes químicos, biológicos, radiológicos e nucleares, bem como a prevenção e combate ao terrorismo. Então, dentro daquelas áreas atribuídas ao Ministério da Defesa, ao Comando de Operações Especiais, é sobre a responsabilidade por essas duas áreas DE que nós vamos falar um pouco mais.

Foi elaborado um planejamento estratégico conjunto. A Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos, do Ministério da Justiça, e o Ministério da Defesa elaboraram esse planejamento estratégico visando A Copa do Mundo. Ele já foi aplicado na Copa das Confederações, e no eixo defesa, repito, ali a atribuição está a cargo do Ministério da Defesa, a responsabilidade, com a participação de todos, como vou ressaltar durante a minha apresentação.

Como é que nós estamos estruturados, como é que nós estamos cumprindo esta missão? No nível nacional, nós criamos o Centro de Coordenação de Prevenção e Combate ao Terrorismo, cujo nome, vamos lembrar, é o nome que tinha o núcleo criado no GSI. Esse centro é responsável por coordenar as ações fora das cidades-sede. Como o Sallaberry bem destacou, aqui a Copa do Mundo não é somente nas 12 cidades-sede, nós temos de estar atentos a todo o território nacional, principalmente no tema terrorismo, coordenar e reforçar as ações do Centro de Coordenação Tático Integrado.

O que é esse Centro de Coordenação Tático Integrado? Em cada cidade-sede nós temos um Centro de Coordenação Tático Integrado, que vai ser responsável pela prevenção e combate ao terrorismo, bem como pela defesa química, biológica, radiológica e nuclear. Nessas 12 cidades-sede, também atribuídos pelo Ministério da Defesa, existem os coordenadores de defesa de áreas, que são oficiais-generais da área que têm condições de coordenar. Aí então este coordenador de defesa de área coordena aquelas dez áreas de atuação. Então, abaixo dele há aquelas dez áreas de atuação; dentre as dez áreas está a parte de prevenção e combate ao terrorismo.

Explicando melhor através desta figura, aí está o EMCFA, o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas, que, dentro do Ministério da Defesa, é quem é responsável pelo preparo e emprego das Forças no nível nacional. Este Centro de Coordenação de Prevenção e Combate ao Terrorismo funciona em Brasília, e eu



sou o Coordenador, por ser o Oficial-General mais afeto à área, mais antigo. Eu sou o Coordenador desta parte que funciona em Brasília, e de Brasília eu tenho condições de orientar todas as 12 cidades-sede. Através dos meios de tecnologia da informação de que nós dispomos, através do centro de operações já existente permanentemente no Comando do Exército, nós temos condições de coordenar o Centro Tático Integrado. E os Centros Táticos Integrados logicamente pertencem, fazem parte do Centro de Coordenação e Defesa de Área. Então, essa é a maneira como nós atuamos na Copa das Confederações — e vamos atuar na Copa do Mundo — e também em outros eventos que nós já realizamos, que vou mostrar mais à frente.

Aí está um evento já realizado, um evento na cidade do Rio de Janeiro, em que houve a participação de todas as Forças Singulares — Exército, Marinha e Aeronáutica — em conjunto, integradas com os órgãos de segurança pública, ou seja, a Polícia Federal, a Polícia Rodoviária Federal, no caso aqui do Rio de Janeiro, a Polícia Militar do Rio de Janeiro e a Polícia Civil do Estado do Rio de Janeiro. Cada órgão dentro da sua área de atuação. Nós estabelecemos protocolos de atuação para que fique bem definida a tarefa de cada um, sendo que essas tarefas são todas integradas; cada um complementa o trabalho do outro.

Dessa maneira foi realizada a Copa das Confederações: o Centro de Coordenação de Prevenção e Combate ao Terrorismo, o centro geral, vamos chamar assim, no nível nacional, estabelecido em Brasília, e, nas seis cidades em que ocorreram jogos da Copa das Confederações, um Centro de Coordenação Tático Integrado vinculado, subordinado aos coordenadores de defesa de área. E é dessa forma que vai ocorrer para a Copa do Mundo, multiplicando, logicamente, por dois, porque nós teremos doze cidades-sede.

Esse foi evento já realizado também, a Jornada Mundial da Juventude, no Rio de Janeiro, em que mais uma vez atuamos também integrados dessa mesma maneira como eu mostrei, com forças singulares, Forças Armadas, junto com órgão de segurança pública no nível Federal e, no caso do Rio de Janeiro, também atuação muito forte da Polícia Militar, da Polícia Civil, da Guarda Municipal do Rio de Janeiro.



Só para os senhores terem um conhecimento do que estava planejado e, graças a Deus, não foi preciso: se ocorresse um atentado com produtos químicos, por exemplo, em Copacabana, que — quem conhece sabe — tem 4 grandes saídas, as pessoas afetadas passariam obrigatoriamente por esses postos de descontaminação e seriam devidamente tratadas e descontaminadas para dali seguir e serem evacuados, se fosse o caso. Como eu disse, isso foi planejado, foi executado, esses postos estava lá no local e, graças a Deus, não foram utilizados. Mas nós temos essa condição na parte de defesa química, biológica, radiológica e nuclear.

Falando um pouquinho mais sobre essa ameaça que cada vez se torna mais provável no mundo de hoje, há um trabalho de prevenção, principalmente as varreduras. No caso da Copa do Mundo, elas são feitas nos estádios, nos hotéis, nos locais de treinamento e onde seja necessário. Isso nos dá uma tranquilidade. O ambiente fica controlado depois de varrido — varredura contra explosivos, varredura contra qualquer outra ameaça.

Nós adquirimos os detectores mais modernos que existem no mundo, com condições de detectar qualquer agente químico, biológico, radiológico e nuclear. Logicamente que tudo isso tem de ser muito bem ensaiado. Então, todos, antecedendo os grandes eventos, nós realizamos exercícios conjuntos, exercícios reais, muito, muito próximos da realidade, imitando, vamos dizer assim, o que possa acontecer.

O Sallaberry falou desse exercício, que foi realizado aqui em Brasília, antecedendo o primeiro jogo aqui em Brasília, e nós executamos com frequência esses exercícios envolvendo todos. Quem são esses no caso da defesa química? São esses atores aqui, as forças singulares, Exército tem material, a Marinha do Brasil tem, a Polícia Federal, o Centro Tecnológico do Exército, a Receita Federal, através de suas viaturas *scanners*, o Instituto de Rádio Proteção e Dosimetria. Só para os senhores terem uma ideia de qual efetivo foi empregado: cerca de 350 pessoas na Jornada Mundial da Juventude — para se ter uma ideia e uma dimensão da quantidade de pessoas envolvidas para essa tarefa apenas.

Cada vez mais nós estamos utilizando recursos também da tecnologia da informação. Nas 12 cidades-sede para a Copa do Mundo, nós teremos condições de



Brasília ter ligação, através de vídeo conferência, de rádio, de telefone. Então, o que eles estiverem vendo lá na ponta da linha, nós estaremos vendo também através de telão aqui em Brasília. Então, isso aí permite que realmente se faça uma coordenação adequada e efetiva e que se possa interferir, caso seja necessário.

Aí está um exemplo de um atirador de elite, um caçador, como nós denominamos. Nós temos condições de saber o que ele está vendo e, muitas vezes, até de tirar o peso da responsabilidade do ombro dele. Se tiver que decidir, se vai ter que atirar, essa decisão pode partir do mais alto nível, porque nós estamos em condições de tomar essa decisão por ele.

Esse é o evento que está planejado, o próximo. Nós teremos, então, que já estar com todo o planejamento feito, o reconhecimento e as coordenações já em execução, muito bem adiantados, já com áreas de responsabilidade bem definidas onde cada um vai atuar. Então, tudo isso já foi definido, já foi planejado, já está em execução, acredito, é a antecedência que nós devemos ter.

Com relação à defesa química, biológica, radiológica e nuclear também já foi tudo bem definido, onde nós teremos atuação. E já também iniciamos, estamos lá visando e falando em grandes eventos, os grandes eventos que vão ocorrer no Rio de Janeiro: as Olimpíadas e as Paraolimpíadas de 2016. Essas são as atividades em andamento: assessoramento para construções dos locais de competição, aquisição de novos equipamentos necessários, planejamento e coordenação com autoridade pública olímpica, no caso das Olimpíadas. Lembramos que ela vai ser no Rio de Janeiro, principalmente, naquelas 4 zonas: Barra da Tijuca, Copacabana, Maracanã e Deodoro, e também 5 arenas de futebol nas cidades de Brasília, Belo Horizonte, Salvador e São Paulo.

Então, também o planejamento já começou. Trabalhamos com muita antecedência, para que não sejamos surpreendidos e estejamos em condições de responder a esse outro grande evento de 2016.

Como disse o Sallaberry, a experiência também da Polícia Federal, a nossa experiência já é de longa data, não é de agora. Aí estão listados alguns eventos de que nós já participamos — podemos chamar de grandes eventos —, principalmente segurança a Chefes de Estado, Operação Rio-Vaticano, quando houve a visita do Papa, MERCOSUL, Cimeira, lembrando que aqui tem um ponto de separação. Até



2001, até a Operação Cimeira, nós atuávamos, no lado de terrorismo, na parte reativa. Então, a Brigada de Operações Especiais, à época, trabalhava no modo reativo: se ocorresse algum atentado nós íamos atuar. A partir de 2001, foi um marco para todos nós: nós passamos a atuar com ênfase na parte preventiva, muito bem caracterizado aqui por Sallaberry. O ato não pode ocorrer, nós devemos fazer de tudo para que o ato não ocorra. Então, agora, o nosso foco, a nossa atenção é para a prevenção. Logicamente, se acontecer, nós também temos fé estar preparados para gerenciar as consequências.

Todas essas atuações foram conjuntas, essas operações aí listadas — Forças Armadas junto com as forças de segurança pública e as forças policiais dos locais onde ocorreram os eventos. Esse é o segredo, tem de ser esforço conjunto, ninguém consegue fazer nada sozinho. As Forças Armadas não conseguem, os órgãos de segurança pública também não conseguem. Então, temos que juntar, coordenar, integrar e sincronizar. Esse é o segredo.

São várias as operações de que já participamos. Então, a nossa experiência é grande. Eu já posso dizer, Marcelo, que temos uma doutrina firmada. Nós temos experiência com os estrangeiros — vou mostrar já no próximo eslaide —, a nossa doutrina em como atuar já está bem firme.

Essa é a experiência que buscamos fora. Agora, no final do mês, vou para a África do Sul exatamente conversar com eles sobre Copa do Mundo, qual a experiência em termos de prevenção e combate a terrorismo. Além disso, no Reino Unido, Canadá, Estados Unidos. Inclusive, na China nós temos oficiais que estão fazendo curso. Isso, para os senhores sentirem a diversidade. Nós não estamos somente em uma fonte, conversando com um País. São diversas maneiras de atuação para que possamos colher ensinamentos e aplicar aqui, fazendo o devido filtro.

Fatores de sucesso: a criação de uma mentalidade — foi muito falado sobre isso aqui — nos diversos agentes de segurança pública e privados. Nós temos feito palestras para sensibilizar, para que se perceba a ameaça. Isso está tendo efeito muito positivo, como o Sallaberry também falou. Fazemos também essas palestras para as pessoas ficarem mais atentas, vamos dizer assim, a qualquer coisa que possa estar no caminho para a ocorrência de um ato terrorista.



O funcionamento rotineiro de uma central de inteligência focada em terrorismo é base para a prevenção. Graças a Deus, nós temos muito boa relação com o Sallaberry, com a Polícia Federal. Nós nos conhecemos bastante, nós trabalhamos juntos cada vez mais. Então, isso é fundamental.

A interoperabilidade das forças de Operações Especiais, ou seja, trabalhar junto, cada um tem uma maneira de agir, mas cada vez mais procuramos fazer exercícios conjuntos, para nos conhecermos melhor e sabermos como cada um atua, forças militares e forças policiais.

Os treinamentos são muito importantes. Eles são executados o tempo todo, procuram simular o real, o que pode acontecer.

Concluindo, as operações conjuntas interagências são o fundamento principal de combate ao terrorismo, como nós estamos atuando e como nós vamos atuar.

Então, só para enfatizar, cada vez mais, a atividade de prevenção, através de credenciamento, de detectores, de *scanners*. Tudo isso é feito para que se tenha um controle do ambiente: se o ambiente estiver controlado, nós vamos ficar muito tranquilos. Podem ter certeza de que em relação à vila olímpica e a complexo esportivo, nós temos a garantia de que estão bem controlados. Isso vai ser feito com todo o equipamento necessário, com toda a doutrina que nós temos.

Qual é o desafio? São os ambientes não controlados. Por exemplo: no caso da Jornada Mundial da Juventude, a Praia de Copacabana, na missa final. Eu estava lá presente — exatamente esta foto aqui. Então, esse é um ambiente que causa certa preocupação, porque não é controlado. O mesmo se dá em relação aos ambientes fora da área de competição. Por exemplo, a Lapa, quem é do Rio sabe, à noite, é difícil ser controlada.

Então, essas são as áreas que, de certa forma, representam um desafio que nós temos de trabalhar: como proporcionar segurança nesses ambientes, entre aspas, “não controlados”.

Este mapa é importante que todos vejam, embora o Brasil, pela cor ali colocada, demonstre baixa probabilidade de que isso possa ocorrer. Foi muito bem colocado aqui pelos antecessores, mas é possível. Se é possível, nós temos que ser muito responsáveis, muito profissionais e nos preparar. Se existe uma pequena



possibilidade, nós temos que nos preparar. E é para isso que nós estamos aqui nos preparando, para que nada ocorra.

Por último, deixo esta frase de Peter Tarlow: *“O Brasil não tem tradição como alvo de terrorismo, mas os Jogos Olímpicos têm.”*

Então, foi dito por vários expositores aqui que os grandes eventos atraem, é um foco e que, devido a isso, poderá ocorrer.

Muito obrigado, Deputado, pela oportunidade. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Muito obrigado, General.

Nós estávamos comentando aqui, eu e o Diplomata Samuel Pinheiro, como o Exército tem uma longa tradição de trabalho e de contribuição nas questões de segurança e defesa do nosso País.

Eu queria passar a palavra agora ao nosso emérito Embaixador, Diplomata Samuel Pinheiro Guimarães, Mestre em Economia pela Boston University, ex-Ministro-Chefe da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência e ex-Secretário-Geral do Ministério das Relações Exteriores. O Sr. Embaixador tem a palavra.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Boa tarde a todas as senhoras e a todos os senhores. Eu queria agradecer ao Deputado Walter Feldman e também ao Deputado Nelson Pellegrino o convite para participar deste seminário, especificamente desta Mesa; cumprimentar todos os integrantes, Dr. Daiello, Dr. Jacondino, Dr. Sallaberry, o nosso Prof. Suano e o General, que aqui me precedeu.

Eu queria aproveitar para fazer algumas reflexões de natureza mais geral, porque aqueles que me precederam já descreveram para os senhores os procedimentos que estão sendo adotados para, digamos, enfrentarmos o desafio da organização desses grandes eventos internacionais e a sua relação com a questão do terrorismo. Há outros aspectos que, naturalmente, não foram objeto desta Mesa.

Então, em primeiro lugar, eu queria dizer o seguinte: gera-me certa preocupação quando sabemos que a organização de fatos terroristas, às vezes, é classificada como imprevisível e de fontes desconhecidas. Dessa forma, nós temos uma situação extremamente complexa que justifica toda necessidade de prevenção, além das atividades posteriores, de gerenciamento dos danos, digamos.





Eu queria dizer que, do ponto de vista da prevenção, além das medidas específicas, é de grande importância a política que o Brasil tem em relação às questões de terrorismo. Em primeiro lugar, como já foi mencionado aqui, a Constituição brasileira consagra o repúdio ao terrorismo. O Brasil tem, em todos esses anos, se recusado a ingressar na linha da condenação de Estados ou de organizações. O Brasil tem procurado evitar essa classificação de organizações como terroristas, e muito menos de Estados, o que, aliás, é a política de outros Estados. Aliás, não é surpreendente que sejam vítimas de atentados terroristas.

Quero fazer outra reflexão. Se não me engano, na Mesa anterior, o Prof. Hussein havia mencionado que 95% das vítimas dos atentados terroristas são muçumanas e 80% dos atentados ocorreriam em países muçumanos. Nós temos aí duas informações muito interessantes. Certamente, o que às vezes não se reconhece, ou melhor, está implícito é que, de um lado, é uma interpretação que os terroristas são indivíduos demoníacos, que, de repente, resolvem explodir pessoas e se autoexplodir. Por outro lado, uma outra interpretação é que são indivíduos que surgem de determinadas situações. Às vezes, há a ideia, até apresentada pelo Brasil e tudo, da importância do desenvolvimento, a questão da exclusão social, mas em muitos países subdesenvolvidos não há fatos terroristas. Em muitos países onde há exclusão social — vamos começar pelo nosso —, onde a disparidade social é a grande característica, talvez da sociedade brasileira — não é necessário entrar em números para comprovar isso —, não há fatos terroristas.

Então, a política que o Brasil tem defendido, principalmente em relação à ocupação de territórios estrangeiros, é a manutenção da paz. Quer dizer, a posição do Brasil de defesa do multilateralismo, de defesa da paz, a posição contra intervenções unilaterais, de o Brasil somente apoiar aquelas intervenções que são autorizadas pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, credencia o Brasil — eu não vou poder pronunciar uma frase muito perigosa — como um País que não está envolvido numa disputa maior entre terroristas e antiterroristas, aquilo que nos Estados Unidos é chamado de guerra contra o terror e é apresentado como um dos principais pilares da política externa e da classificação periódica de organizações como sendo terroristas, Estados terroristas, Estados do eixo do mal. O Brasil tem evitado se colocar, mas tem se colocado sempre contra o terrorismo. Quer dizer, tem



sempre denunciado os atos terroristas como sendo atos... Hoje em dia quase tudo é hediondo. Daqui a pouco, seminários muito demorados se tornam hediondos também, palestrantes que se alongam muito são hediondos também e sujeitos à punição severa. De toda forma, os atentados terroristas são considerados crimes.

Vou dar um exemplo para os senhores, para a gente tentar colocar os pontos nos is. O Iraque foi invadido sem a autorização das Nações Unidas — os senhores sabem disso. Os senhores sabem que o pretexto apresentado foi a existência de armas de destruição em massa, o que não se verificou. No entanto, os indivíduos que lutam contra a ocupação no Iraque são apresentados como rebeldes. O sujeito está lutando contra.

Amanhã, no Brasil, vamos supor que sofrêssemos uma invasão. Então, nós todos iríamos lutar contra os invasores. Ou não? Certamente, iríamos lutar contra os invasores e seríamos estigmatizados como rebeldes. Como se diz no linguajar popular: é dose! Não é verdade? É algo extraordinário classificar os indivíduos que estão lutando contra alguém que está ocupando o seu território ilegalmente como rebeldes. E os atos que às vezes cometem, que são, digamos, de natureza terrorista — explosão de bombas, atentados — são considerados atos terroristas, quando é um pouco diferente. É preciso analisar isso. São situações diferentes.

Acho que há larga experiência no Brasil no que se refere à atuação, como, aliás, foi demonstrado fartamente pelo General alguns momentos atrás: o número de grandes eventos já sediados no Brasil em que não houve nenhum atentado. Isso é muito auspicioso, porque poderia ter havido. O Papa, no Brasil, poderia ter sido vítima de um atentado. O que quero dizer é o seguinte: é extremamente difícil evitar um atentado terrorista. Podem-se criar dificuldades. Evitar é muito difícil. Vou dar um exemplo recente aos senhores: numa base naval americana, na capital dos Estados Unidos, um indivíduo americano entrou e cometeu um ato terrorista, aparentemente, em matou 13 pessoas. Quer dizer, o terrorismo não é só explosão de bombas. Ele já sabia que ia ser morto, é óbvio, porque ali ele era um indivíduo suicida. Ia matar as pessoas e sabia que muito provavelmente não ia ser capturado, até pela troca de tiros.

Então, na capital americana, numa base naval, entra um indivíduo e mata 13 pessoas no território americano, com a existência de 35 grandes departamentos de



inteligência dos Estados Unidos — CIA, Departamento da Marinha, da Aeronáutica. São 36, mais ou menos. Mesmo com tudo isso, aconteceu um ato terrorista.

Quero dizer também que algo que contribui para que o Brasil — não que não possa ser alvo de um atentado terrorista — não seja um alvo provável é a convivência pacífica na sociedade brasileira das comunidades diferentes, de diversas origens. Principalmente, duas comunidades estão envolvidas muito de perto num centro de grande tensão mundial: a comunidade israelita no Brasil e a comunidade muçulmana, de forma geral, convivem. Não há, na sociedade brasileira, digamos, xenofobia. Há, naturalmente — para deixar claro e não dizerem que eu não disse —, discriminação racial. Vamos deixar isso claro. Não é legal, mas há certo grau de discriminação racial, com restrições. Isso existe. Não vamos dizer que não há, porque estaríamos nos iludindo.

De toda forma, essa convivência pacífica na sociedade brasileira dos mais diferentes grupos religiosos, das comunidades religiosas, das comunidades de origem étnica diferente, dos países diferentes e assim por diante é algo que nos dá certa garantia. Como foi dito aqui — acho que foi o Dr. Sallaberry que mencionou —, pode haver algum oportunismo. Ou seja, um grupo terrorista qualquer pode resolver cometer um ato terrorista, num grande evento, para com isso atingir aquele Estado, como houve, se não me engano, na Alemanha, numa Olimpíada, muitos anos atrás, em mil novecentos e setenta e pouco. Foi em Munique, onde houve um ato terrorista extremamente grave, deplorável e tudo o mais. Esse ato não tinha nada a ver com a Alemanha. Certamente, não prejudicou a imagem da Alemanha.

Então, eu acho isso muito importante, inclusive, na legislação que vier a ser aprovada, que ela mantenha essas condições, evite que o Brasil venha a se envolver nessa disputa maior, que hoje está mais focada na Síria, mas já esteve focada em outros Estados. Por causa da tipificação do terrorismo e coisas dessa ordem, que o Brasil venha a se posicionar de forma inconveniente.

Eu queria mencionar também mais um episódio: a questão do Irã, em que o Brasil fez um esforço de política externa importante para procurar chegar a uma solução pacífica na questão entre o Irã e basicamente os Estados Unidos, que é o principal Estado interessado. Essa foi uma ação muito importante e certamente reconhecida pelos países da região como sendo uma atitude de construção da paz.



Enquanto o Brasil mantiver internamente um convívio pacífico, harmonioso entre as diferentes comunidades, de um lado; e, no sistema internacional, ter posições que façam com que ele continue na linha de defesa da paz, de defesa do desarmamento, de repúdio ao terrorismo, de solução pacífica das controvérsias, nós estaremos criando as principais condições para evitar que o Brasil seja incluído no rol das nações que são objeto de eventuais atentados terroristas.

Fiquei muito satisfeito porque o Brasil já se credenciou para a realização de grandes eventos. E mesmo, coisa que eu não espero, nenhum de nós espera, que aconteça alguma coisa, isso não descredenciaria o Brasil. Não acredito que isso viria a descredenciar o Brasil, porque a natureza desses fatos terroristas é tão difícil, com todos os meios de prevenção que têm de ser tomados, tudo o que foi mencionado aqui, a coordenação, as diferentes agências, enfim, tudo isso deixa a sensação de segurança. A própria experiência nos eventos anteriores, a cooperação com outros países, para saber como enfrentaram esses desafios, nos deixam muito mais tranquilos, principalmente porque acabamos de ter a Copa das Confederações, além de outros eventos, Jornada Mundial da Juventude, etc., e não houve nada.

Agora, eu queria também de fazer uma observação: tentou-se fazer, no passado, com que o Brasil fosse apontado como centro de atividades terroristas em Foz do Iguaçu. Há reuniões quadripartites. Todas as vezes que pedimos provas da existência de atividades terroristas, a delegação americana jamais foi capaz de apresentar um prova, nenhum nome sequer. Quero deixar só este pequeno registro, porque às vezes se fala que o Brasil pode vir a ser... Esta é uma região, em geral, pacífica, por causa da existência de uma comunidade de origem mulçumana importante, aliás, uma comunidade pacífica de origem mulçumana importante, em Ciudad del Este, na chamada Tríplice Fronteira. Isso foi algo importante. Felizmente, que eu saiba, não houve, nos últimos anos, nenhum ato no território brasileiro que pudesse ser considerado terrorista.

Enfim, eu queria dizer que estas são apenas algumas reflexões, mas que acho que são importantes: manter a política externa brasileira no que diz respeito a este tema; aprofundar e aperfeiçoar as medidas de prevenção e de coordenação, aplicação dos recursos. Naturalmente, aí entram vários aspectos: equipamentos, recursos suficientes, treinamento de pessoal, etc.



Muito bem — 20 minutos. *(Risos.)* Não é uma bomba, é só um relógio.

Eu acho que tudo isso é auspicioso. Eu queria cumprimentar a Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional da Câmara dos Deputados pela organização deste Seminário, agradecer muito pelo convite e dizer que para mim foi muito importante estar aqui nesta Casa, porque aprendi muito sobre o que já está acontecendo.

Muito obrigado a todos pela atenção. *(Palmas.)*

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Nós também, Embaixador Samuel Pinheiro, aprendemos muito com a sua ponderação e a sua experiência acumulada no trato das questões diplomáticas internacionais, em que o Brasil tem sido um grande protagonista. Muito obrigado.

Nós teremos agora o último orador, representando a Polícia Federal.

Mas eu queria dizer — aproveitando a fala aqui do Dr. Marcelo, que coloca na análise do terrorismo aqueles que elaboram, montam a estratégia — que estes não necessariamente são os que a praticam. Aqui na Câmara Federal também é assim. Nós, Parlamentares, muitas vezes praticamos o ato da representação, mas nos bastidores uma quantidade gigantesca de funcionários, assessores nos ajudam muito a organizar um seminário desta importância, desta relevância.

Eu queria citá-los nominalmente: Edilson Holanda, Secretário da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, Ione Alves, Silvia Mergulhão, Marcelo Rech, Márcia Franca, Antônio Júnior, Maria do Carmo, Washington Maciel, João Victor Bumbieris, Alexandre Costa, Márcio Araújo, Hugo de Mello, Quenes Gonzaga, Renata Menezes, Najme Alé, Natalia dos Santos e Sueni da Silva, para os quais eu peço uma salva de palmas pela grande contribuição para a realização do Seminário. *(Palmas.)* Eles efetivamente é que nos ajudaram a construir isto, que vai dar uma grande contribuição ao debate sobre o combate ao terrorismo no Brasil.

Com a palavra o Sr. Daniel Daher, Delegado de Polícia e Chefe da Divisão Antiterrorismo da Polícia Federal.

**O SR. DANIEL DAHER** - Obrigado pelo espaço, Deputado. Eu prometo não consumir mais que 3 horas nesta apresentação, sobretudo porque, a esta hora, temos uma plateia seleta, sobretudo do ponto de vista da resistência.



Para finalizar os trabalhos, eu gostaria de fazer uma pequena apresentação da atuação da Polícia Federal, especificamente da Divisão Antiterrorismo, no contexto dos grandes eventos.

Penso que questões teóricas já foram bem postas aqui, embora não exauridas — em razão da exiguidade do tempo, não seriam, mas já foram bem colocadas —, e nos remetem à continuidade das discussões.

Nós, na Polícia Federal, tratamos o terrorismo como uma atribuição legal, aтемática, que remete ao art. 144 da nossa Constituição, que, além de nos elencar como órgão de segurança pública, atribui a nós a responsabilidade pela apuração de infrações penais contra a ordem política e social, assim como aquelas que tenham repercussão interestadual ou internacional e que exijam repressão uniforme, além de exercermos as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras.

De acordo com as suas atribuições constitucionais, a Polícia Federal promove uma abordagem tridimensional ao problema do terrorismo no Brasil. A Polícia Federal possui a legitimidade para promover o ciclo completo do enfrentamento ao terrorismo, desenvolvendo ações antes, durante e depois de um evento dessa natureza. Assim, sob essa abordagem tridimensional, temos a Polícia Federal atuando enquanto polícia administrativa, polícia judiciária e inteligência policial.

Como polícia administrativa, age na prevenção ao ato do terror, afastando as ações de grupos terroristas ou indivíduos — lobos solitários — motivados por inspiração terrorista em território nacional. Temos como exemplos a polícia de imigração, que realiza o controle do fluxo migratório de trânsito de estrangeiros e brasileiros nas fronteiras nacionais; a polícia marítima, para prevenção e repressão a crimes perpetrados em embarcações; a polícia aeroportuária, para prevenção e repressão a crimes praticados em aeroportos e portos.

E eu gostaria de trazer, embora não elencada aqui, outra atribuição da Polícia, o controle dos produtos químicos, que também se insere nessa seara de polícia administrativa e tem papel fundamental nessa atuação preventiva ao terrorismo.

Temos a segurança de dignitários, de Chefes de Estado de governos estrangeiros.



E temos outras forças, como o canil policial, que atua em buscas, varreduras, explosivos; o nosso grupo de bombas e explosivos; e o nosso comando de operações táticas.

Temos a polícia judiciária, atuando na repressão criminal, com a elucidação de autoria, materialidade e circunstâncias dos crimes vinculados ao ato de terror praticado. A Polícia Federal é a polícia judiciária da União e tem atribuição constitucional e legal, portanto, para promover a investigação criminal relacionada a eventos extremistas.

Na investigação, nós temos a persecução criminal, nos termos do Código de Processo Penal; a identificação criminal dos perpetradores e a identificação civil das vítimas do ato de terror; e a perícia criminal, com a busca de provas materiais relativas ao ato de terror, como os vestígios na cena do crime.

Por fim, fechando nosso triângulo, temos a inteligência policial. O Departamento de Polícia Federal, através da sua Diretoria de Inteligência e especificamente da Divisão Antiterrorismo, é o órgão central que atua em todo o território nacional, com o apoio das unidades de inteligência descentralizadas, e tem as seguintes atribuições na seara antiterrorista internacional: planejar e executar busca, coleta e análise de todos os dados sobre as atividades terroristas em território nacional; efetuar o registro, a análise e a difusão desses conhecimentos; manter contatos com organizações congêneres; e planejar e executar operações antiterrorismo.

Os objetivos dessa atuação são a prevenção, a inibição, a neutralização e a supressão de qualquer atividade terrorista.

Nós já temos uma atuação, assim como as Forças Armadas, a ABIN e outros órgãos de segurança pública, que remonta aos grandes eventos já realizados no Brasil, com enfoque para os Jogos Pan-Americanos, os Jogos Mundiais Militares, a Conferência Rio+20, a Copa das Confederações, a Jornada Mundial da Juventude. E estamos nos preparando para os próximos, sobretudo a Copa do Mundo da FIFA e os Jogos Olímpicos.

Essa atuação nos grandes eventos é integrada. Como eu disse já na abertura dos trabalhos, nós estamos conectados aos outros órgãos de inteligência, segurança e defesa, porque, como já dito e repisado, é com a atuação conjunta e



respeitando-se a atribuição de cada órgão que nos vamos conseguir vencer essa luta e realizar nosso trabalho, promovendo a segurança e a defesa do nosso País, dos nossos eventos e dos cidadãos.

A atuação é integrada interna e externamente: internamente, com outros órgãos de segurança e inteligência e as Forças Armadas; externamente, com outros órgãos de segurança pública e de inteligência de outros países, sobretudo através dos canais competentes, INTERPOL, AMERIPOL, CLASIP, MERCOSUL.

Com isso, nestas breves palavras, eu gostaria de agradecer o espaço uma vez mais. A DAT, assim como a Polícia Federal, prontifica-se e faz questão de participar de eventos dessa natureza. Está com as portas abertas para todos os senhores para podermos aprofundar as discussões, aperfeiçoar esse tratamento temático e, com isso, levar a cabo nossas atribuições e objetivos que são comuns.

Muito obrigado. (*Palmas.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Obrigado ao Dr. Daher.

Há um grande cirurgião em São Paulo da família Daher. Tem algum parentesco ou não?

**O SR. DANIEL DAHER** - Deve ser o primo rico. (*Risos.*)

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Muito bom!

Meus amigos, para cumprir completamente tudo o que nós planejamos, eu vou pelo menos oferecer à Mesa uma pergunta que nos foi dirigida pela Louise, do curso de Relações Internacionais da Universidade Católica de Brasília — UCB. Ela faz a pergunta ao Dr. Marcelo Suano: “*Que fatores podem favorecer isto: o Brasil ser alvo para ataques terroristas?*”

**O SR. MARCELO SUANO** - Inicialmente, eu agradeço a gentileza de essa pergunta vir direcionada a mim, estando em uma mesa com indivíduos tão espetaculares quanto estes aqui. Para mim, é uma grande honra.

Eu me sinto muito confortável em poder dar essa resposta, até mesmo discordando de alguns aspectos de S.Exa. o Ministro — porque o cargo mais alto que ele ocupou é como um título nobiliárquico, aquele que permanece —, o Ministro Samuel Pinheiro Guimarães, até mesmo porque eu sei das diferenças de dimensão: ele é um homem que fez história e faz história, eu sou um leitor. Aquele que lê a história tem mais direito ao erro do que aquele que faz. Por isso, eu me sinto





confortável de poder discordar, sabendo que posso errar — não estou dizendo que o senhor errou, estou dizendo que eu errarei, com certeza.

Minha discordância vem porque acho que há fatores, sim, que nos predispõem a ser alvos de atentados terroristas. O evento é gigantesco. Um dos elementos essenciais para o terrorismo é simplesmente a propaganda. Aqui estarão países e atores internacionais que realmente estão dentro do contexto de que o Embaixador, o Ministro falou. São países que realmente são problematizadores do sistema internacional. Se há justificativas para problematizar ou não, é outra questão. Se essas justificativas são adequadas ou não, também é outra questão. Mas eles estarão aqui.

Lembro que eu também estava conversando com o General Arruda: o principal líder da Al-Qaeda hoje precisa se solidificar na sua liderança, ele precisa ter um elemento concreto para mostrar que a sua organização terrorista, assim configurada por alguns países, está em atuação e pode ter relevância ainda como um dos principais atores do cenário internacional, como ator difuso. São fatores que predispõem.

Há alguns dados que são dados concretos, talvez, da nossa personalidade. E aí eu explico para o General Arruda quando eu falei da inexistência de doutrina. O Exército sempre tem doutrina e as Forças Armadas sempre têm doutrina. A minha referência, naquele momento, não era uma doutrina de combate àquele problema específico, porque, quando se dá uma missão ao Exército, automaticamente ele desenvolve uma doutrina para executá-la. E um dos componentes da honra militar é o cumprimento do dever. Ele sabe que tem que fazer isso. Missão cumprida é um parâmetro de ação do militar. Está na psicologia, está na ação, está no comportamento. Mas ali não era uma questão de ter uma doutrina para resolver problema *ad hoc*, mas uma doutrina de segurança, articulando todas as instituições.

E aí nós teríamos que entrar na cultura brasileira, que talvez não esteja preparada para isso. Esse é que é o problema, até mesmo para articular instituições de segurança que têm atividades distintas daquela que é a atividade específica das Forças Armadas, que não seriam voltadas para as questões policiais, para as questões de inteligência de Estado, tal qual faz a ABIN, e de contrainteligência, tal qual faz a Polícia Federal — embora ela também saiba fazer isso, e o faça com



eficiência, com competência. Talvez essa doutrina é que falte para nós. Nós precisaríamos ter o desenvolvimento de uma cultura, e nós não temos.

Talvez o principal receio seja uma predisposição — sabendo-se que, para preparar um atentado terrorista, isso se dá ao longo do tempo, durante um processo — de contar com aquele hábito do brasileiro que é, na normalidade e na simpatia, tomar como normal aquilo que não o é. O brasileiro é muito fácil de lidar. O brasileiro simplesmente se relaciona com uma facilidade muito grande com qualquer pessoa, pela nossa amplitude cultural, pela nossa variedade étnica. Não é à toa que o nosso passaporte é o passaporte mais importante do mundo em termos de mercado negro, porque qualquer pessoa é brasileira, e qualquer pessoa se relaciona com o brasileiro facilmente. Talvez esse seja um elemento fragilizador do processo.

E aí nós teríamos, como o senhor falou, e achei muito importante, que 2016 é o início. Mas é o início de uma cultura de segurança com o cuidado — porque nós vivemos esta realidade, no Estado Democrático de Direito — de que a cultura de segurança não se torne paranoia, ao ponto de desrespeitar os direitos individuais, os direitos civis, os direitos humanos. Não poderia ser.

Por isso é tão importante uma tipificação precisa do crime de terrorismo, por exemplo, que é apenas um tópico de uma cultura de segurança como um todo. Mas, se as regras são precisas, se as regras são claras, as regras são fortes, não são frágeis. E as instituições também, porque todos aqueles que executam, fazem-no com respaldo nessas regras que são fortes, porque são claras, são transparentes e são legitimadas por uma sociedade que as entende. Aí nós temos uma cultura de segurança e poderíamos desenvolver uma doutrina. Seria este um posicionamento.

Como nós temos esses fragilizadores, a possibilidade de um atentado — aí eu discordaria de S.Exa., o Ministro, mas respeitosamente — eu acho que é presente, mesmo porque os lobos solitários estão aí. Jamais se imaginaria um atentado em Boston, com todas aquelas agências de inteligência, e ocorreu. Aqui poderia ocorrer. E não precisa acontecer num estádio, pode acontecer numa festa, pode acontecer num bar, onde não haverá esses aparatos, não estarão esses aparatos de segurança. E basta que um atentado como esse mate dez estrangeiros, não para tingir o Brasil como um todo, mas para isto: entristecer e trazer um questionamento sobre um trabalho que foi desenvolvido, e colocar a perder todo



esse sacrifício de homens e mulheres que se dedicaram, trabalharam, colocaram a cara a tapa, foram à luta e acabaram vendo, por causa de um fato específico, ter dado tudo errado. Talvez esse seja o risco e o receio.

Por isso, há que se dedicar e investir nesse aspecto, pelo menos até se criar a cultura. E esse momento de agora até 2016 pode ser o *start* para um processo de entendimento da cultura de segurança com respeito às liberdades democráticas, porque isso não pode ser descaracterizado.

Eu encerro por aqui e agradeço a gentileza.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - O seminário esquenta no seu encerramento. O Embaixador Samuel Pinheiro pede uma eventual réplica para poder dar uma contribuição adicional.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Não, eu só queria...

**O SR. MARCELO SUANO** - O senhor não pode errar! (*Risos.*)

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Não, eu só queria mencionar o seguinte: eu não disse que não há a possibilidade de um atentado; o que eu estava dizendo, o que disse é que todas as vias de prevenção são necessárias, devem ser enfatizadas, aperfeiçoadas, etc., mas que o que mais nos assegura contra isso é o fato da posição do Brasil em algo que hoje em dia se chama a guerra contra o terror e a cultura de convivência pacífica dentro do território nacional. Não que não se devam tomar todas as providências de inteligência, policiais. Todas elas devem ser tomadas, enfatizadas, todos devem ser equipados, etc.

Acho que há uma coisa que desagrada: é muito difícil impedir quando há uma determinação.

**O SR. MARCELO SUANO** - Sim, concordo com isso.

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - É muito difícil. O indivíduo chega, e, como eu mencionei no início, entra na base naval em Washington. Entra, e entra armado. Como é que o sujeito entra com um fuzil? Ninguém vê um fuzil? Um fuzil é um instrumento bastante grande, uma pistola, uma escopeta. Entra na base e mata treze pessoas. E isso ocorreu num país que tem uma cultura de segurança extraordinária, aliás, exagerada! É a cultura do pavor. Nós não poderemos mais... Esse atentado pode ocorrer agora, debaixo da cadeira do Prof. Marcelo Suano!



**O SR. MARCELO SUANO** - Não se esqueça de que eu estou ao seu lado, iria atingi-lo. *(Risos)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Pois é, vamos também todos juntos!

**O SR. MARCELO SUANO** - Talvez o alvo seja o senhor. *(Risos.)*

**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES** - Pois é, ou eu seja o alvo. O que estou querendo dizer é que nós temos que, digamos, tomar todas as precauções, fortalecer as agências na sua tarefa de prevenção, na sua tarefa, depois, de gerenciamento, de obtenção de dados, e assim por diante. Mas acho que o que mais nos garante é a política interna brasileira no sentido da convivência entre os diferentes grupos sociais, que têm origens étnicas e religiosas, assim por diante, o respeito a essas diferenças — de parte, aliás, da população em geral, mas também do Estado brasileiro. E a decisão da política externa brasileira, nos últimos anos, apesar de sempre ser muito induzida noutra direção, inclusive pela mídia — não se pode passar um seminário sem falar da mídia, etc. e tal *(risos)* —, muitas vezes induzida pela mídia de que deveria tomar certas posições, etc. Felizmente, a posição brasileira tem sido sempre de acordo com uma série de princípios: respeito ao princípio da não intervenção, da autodeterminação, da solução pacífica de controvérsias, do repúdio ao terrorismo, que é um dos princípios da política externa, e assim por diante. E, digamos, a posição de evitar classificar Estados ou organizações imediatamente, porque há uma pressão internacional permanente, diga-se de passagem, sobre o Governo brasileiro para classificar, para fazer isso. Neste momento, nós estaríamos nos colocando numa posição diferente. E isto, sim, poderia... Eu não digo que isto é uma coisa imediata, é óbvio, mas não seria positivo no nosso esforço permanente, no nosso desejo permanente de que não ocorram atos terroristas no Brasil. Esse é nosso desejo, não é? Eu acho que é o que nos garante mais.

Garantem mais também todas as medidas de prevenção, de organização e tudo, mas o que também ajuda muito, digamos assim, o que coopera muito para isso é esta posição que o Brasil tem adotado.

**O SR. MARCELO SUANO** - Eu concordo com o senhor.



**O SR. SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES NETO** - Não é verdade? Então, eu não estava discordando, eu não estou dizendo que não vai haver. Pode haver. Pode haver. Não há nenhuma garantia de que não haja.

Mas isso era só para esclarecer a minha reflexão.

**O SR. PRESIDENTE** (Deputado Walter Feldman) - Muito obrigado.

Eu quero lembrar que, depois de 8 horas de seminário, nós ainda estamos com 70 pessoas neste plenário e com 15% do total de Deputados da Câmara Federal, sendo que às quintas-feiras estão quase sempre ausentes. Portanto, foi uma grande contribuição.

Quero muito agradecer a este público que permaneceu até o fim, àqueles que vieram e participaram, nos seus limites, aos membros da Mesa, a estes que estão aqui e a todos que contribuíram com os outros painéis. Agradeço aos membros da Comissão de Relações Exteriores e de Defesa Nacional, que trabalharam muito. Todo o trabalho será reproduzido e será uma enorme contribuição de subsídios à elaboração do projeto de lei que deve tipificar o terrorismo em nosso País.

Nós, Parlamentares, nos comprometemos a dar nossa contribuição legislativa, ampliando no que for necessário os recursos orçamentários para que os órgãos de segurança, de inteligência e de defesa do País possam fazer de maneira competente e moderna a defesa de nossos interesses, seja no plano interno, seja na representação internacional que o Brasil terá de maneira alavancadora nesta década, reproduzindo um país muito mais moderno, muito mais avançado e muito mais receptivo, abrigador de todas as comunidades do mundo.

O Brasil, efetivamente, é um País cosmopolita, eu sei das relações entre árabes e judeus, entre coreanos, chineses e japoneses. Todos aqui se congregam de maneira brilhante, como talvez a maior e mais densa experiência internacional. Nenhum país do mundo tem essa característica, essa qualidade decantada durante séculos que, espero, se reproduza como exemplo, como paradigma para todo o Planeta.

Não haverá atos terroristas — é com isso que sonhamos, é por isso que trabalharemos; não rezaremos apenas, mas trabalharemos concretamente para que isso aconteça, para que os eventos venham a ser uma alavanca extraordinária não apenas econômica, mas de referência do Brasil para o mundo.



Muito obrigado a todos.

Está encerrado este seminário. (*Palmas.*)